

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**LULA, IRÃ E A MÍDIA: UMA ANÁLISE DA  
DECLARAÇÃO DE TEERÃ**

PIETER ATTEMA ZALIS

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**LULA, IRÃ E A MÍDIA: UMA ANÁLISE DA  
DECLARAÇÃO DE TEERÃ**

PIETER ATTEMA ZALIS

Monografia submetida à  
Banca Examinadora como requisito  
para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga

RIO DE JANEIRO

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Lula, Irã e a Mídia: uma análise da Declaração de Teerã**, elaborada por Pieter Attema Zalis.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. William Dias Braga  
Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Renzo Taddei  
Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia  
Departamento de Comunicação - UFRJ

Ms. Giancarlo Summa  
Mestre em Comunicação e Política pelo *Institut Hautes Etudes Amerique Latine*  
Diretor do Centro de Informação das Nações Unidas (UNIC-Rio)

RIO DE JANEIRO

2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

ZALIS, Pieter Attema.

Lula, Irã e a Mídia: uma análise da Declaração de Teerã. Rio de Janeiro, 2012.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) – ,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO.

Orientador: William Dias Braga

A Laura Rêdes pelo carinho,  
Laura Zalis pela paciência  
e pai e mãe pelo incentivo.

ZALIS, Pieter Attema. **Lula, Irã e a Mídia: uma análise da Declaração de Teerã.** Orientador: William Dias Braga. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

O trabalho de pesquisa tem por objetivo analisar a cobertura jornalística da Declaração de Teerã, o acordo para o programa nuclear iraniano negociado por Brasil e Turquia em 17/05/2010. Os jornais analisados são Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo, numa tentativa de desvendar erros e acertos encontrados na cobertura jornalística (em reportagens, editoriais e análises) dos três jornais, no período compreendido entre 17/05/2010 e 31/05/2010. Como sustentação teórica da avaliação, serão abordados os aspectos da Declaração de Teerã, as mudanças na geopolítica mundial, a política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e a ideologia do lulismo. Também serão discutidas as dificuldades de diálogo entre Ocidente e Oriente, a desconfiança acerca do programa nuclear iraniano e as possíveis consequências caso o Irã consiga obter a tecnologia para fabricação de bombas nucleares.

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	8
<b>2. Declaração de Teerã: a busca de Lula por uma nova ordem mundial</b> .....	13
2.1 A Declaração de Teerã .....	13
2.2 A política externa de Lula .....	15
2.2.1 <i>A autonomia pela diversificação</i> .....	17
2.2.2 <i>O paradigma logístico</i> .....	18
2.3 Ideologia, lulismo e política externa .....	19
<b>3. Irã nuclear: um caso de <i>Orientalismo e inimidade institucionalizada</i></b> .....	27
3.1 O Ocidente versus o Irã .....	27
3.2 O Irã versus o Ocidente .....	30
3.3 O programa nuclear iraniano .....	31
3.4 E, se o Irã desenvolver a bomba? .....	35
<b>4. Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e a Declaração de Teerã</b> .....	38
4.1 <i>Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo</i> e a geopolítica .....	38
4.2 <i>Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo</i> e a ideologia do lulismo .....	44
4.3 <i>Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo</i> e o <i>Orientalismo</i> .....	48
4.4 <i>Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo</i> e a política interna .....	52
4.5 <i>Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo</i> e o programa nuclear iraniano .....	54
<b>5. Conclusão</b> .....	59
<b>6. Apêndice</b> .....	63
<b>7. Bibliografia</b> .....	65

## 1.Introdução

O programa nuclear iraniano é uma das mais controversas questões das relações internacionais do século XXI. Apesar de haver fortes indícios do potencial militar, a própria Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão responsável por garantir que o mundo não volte a uma corrida armamentista nuclear, admite que é impossível comprovar hoje que o Irã esteja desenvolvendo armas nucleares como muitos alegam. Desde que as primeiras instalações nucleares não-declaradas foram descobertas em 2002, a comunidade internacional, liderada pelo grupo P5+1 (Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia), levanta suspeitas (quase certezas) de que o Irã está no caminho para desenvolver armas atômicas. Todas as negociações entre o Ocidente e o Irã, inseridas num contexto de forte desconfiança pelos dois lados, falharam. Coube ao Brasil e à Turquia serem os primeiros países a conseguir um acordo no papel.

Brasil, Turquia e Irã chegaram à conclusão da Declaração de Teerã no dia 17/05/2010. Esse documento (reproduzido na íntegra no Apêndice) representou o primeiro compromisso oficial do Irã sobre seu controverso programa nuclear. A principal diretriz do acordo é que o país persa enviaria 1,2 mil quilos de urânio bruto para a Turquia e num prazo de um ano receberia em troca 120 quilos de urânio enriquecido a 20%. Essa porcentagem é suficiente para o uso do urânio com fins energéticos e medicinais. O que para Brasil e Turquia foi motivo de alegria e considerado o primeiro passo no âmbito de um processo diplomático, para outros países, principalmente Estados Unidos, foi motivo de aborrecimento.

Se esses ingredientes já são suficientes para causar polêmica, deve-se adicionar que o Brasil atingiu uma projeção política internacional sem precedentes. A Declaração de Teerã seria o ponto alto de uma nova visão sobre o papel do Brasil no mundo a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Com sua economia turbinada pelo *boom* das *commodities*, o Brasil buscou nos oito anos de governo Lula trazer sua projeção adquirida na economia para o plano político. Em termos práticos, isso significou se posicionar como um porta-voz do bloco dos países emergentes, lutar por um assento de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a última instância das decisões de política internacional, e adotar uma postura mais independente em relação aos Estados Unidos e outras potências globais.

Diante desse panorama complexo, a pesquisa busca analisar a cobertura da Declaração de Teerã pelos três principais jornais diários brasileiros: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Estado de S. Paulo*. A ideia desse trabalho surgiu da leitura dos jornais à época e da premissa de que os veículos adotaram uma postura exageradamente cética e até contrária aos resultados da Declaração de Teerã. Desse questionamento surgiu a motivação e curiosidade para aprofundar a análise sobre a política externa de Lula, sobre determinadas conjunturas internas da política iraniana e seu programa nuclear.

A partir de uma leitura mais densa e crítica sobre o tema emergiu a pergunta-chave para definir o foco de análise da pesquisa: quais foram os acertos e erros na cobertura dos jornais sobre a Declaração de Teerã? Deve-se ressaltar que, se antes desse aprofundamento, a percepção era a de jornais exageradamente críticos à Declaração de Teerã, ao longo do percurso da pesquisa, a percepção mudou. O resultado foi que o objetivo da pesquisa foi orientado para uma análise específica sobre cada subtema relacionado ao acordo turco-iraniano-brasileiro, em vez de se ater tão-somente ao teor crítico (ou não) da cobertura. E a partir da análise, desvelar se as matérias apresentadas nos veículos de comunicação podem ser consideradas satisfatórias ou não.

Dentre as dificuldades, merece destaque a busca obstinada pela imparcialidade. O objetivo não é ser contra ou a favor de Lula, do regime iraniano ou de seu programa nuclear. O trabalho de pesquisa busca abordar diferentes perspectivas sobre o mesmo tema, para melhor entendê-lo, como forma de alcançar um maior grau de neutralidade possível na análise.

O trabalho é organizado em cinco partes. Duas relativas à introdução e à conclusão, e três dedicadas à análise teórica e empírica da Declaração de Teerã e suas relações com a busca de uma nova ordem mundial no governo Lula, as suspeitas de militarização do programa nuclear do Irã, e a cobertura jornalística do acordo assinado por Brasil, Turquia e Irã.

Os veículos foram escolhidos para análise por apresentar a cobertura diária sobre o tema e serem considerados os três principais jornais do país. O período escolhido das reportagens foi de 17/05/2010 a 31/05/2010, quando a Declaração de Teerã foi o principal destaque das editorias de Internacional. A partir do dia 01/06/2010, as principais manchetes destacaram o ataque pelo exército israelense à flotilha turca que ia em direção à Faixa de Gaza.

A análise da cobertura jornalística e a conclusão do trabalho serão feitas em conjunto, pois os três jornais apresentaram coberturas bem semelhantes sobre o tema. Os diferenciais na cobertura serão destacados quando necessário. A avaliação da cobertura dos três veículos será organizada em cinco subtemas: questões de geopolítica, a ideologia do governo Lula, o *Orientalismo* iraniano, as questões de política interna dos envolvidos e o programa nuclear iraniano.

Esses subtemas foram definidos com base na abordagem teórica dos capítulos “A Declaração de Teerã: a busca de Lula por uma nova ordem mundial” e “Irã nuclear: um caso de *Orientalismo* e *inimizade institucionalizada*”. Questões de geopolítica e ideologia do governo Lula serão abordadas no capítulo “Declaração de Teerã: a busca de Lula por uma nova ordem mundial”. Nessa parte da monografia, serão abordadas as transformações da política externa no governo Lula com base na leitura de Vigevani e Cepaluni (2007) e Cervo (2008) e seus conceitos de *autonomia pela diversificação* e *paradigma logístico*, respectivamente. Essas transformações se inserem, nesse trabalho, no que Zakaria (2008) denomina de *mundo pós-americano*, onde o jogo de forças internacional não se pauta mais no unilateralismo dos Estados Unidos. No segundo momento, as críticas de Almeida (2010) e Azambuja (2010) à falta de pragmatismo de Lula abrirão a discussão sobre a ideologia do lulismo e o próprio conceito de ideologia. Para entender o conceito de ideologia, serão abordadas as interpretações de Mészáros (2004) e sua crítica à hegemonia capitalista-conservadora e à objetividade científica; a leitura de Konder (2002) que ideologia política é o misto entre os pólos universal e particular do homem; e a perspectiva marxista de crítica à vitória da ideologia do capital (MARX apud KONDER, 2002).

Para compreender a ideologia do lulismo, será utilizado, principalmente, o trabalho de Singer (2012) e sua conclusão de que ela é reformista, sem ser revolucionária. Para analisar a ideologia do lulismo no plano da política externa, valemo-nos da comparação feita por Fortes (2011) das diretrizes do programa de governo de Lula de 1989 a 2006. E, para corroborar a visão de que Lula abandonou uma ideologia exclusivamente de esquerda, a abordagem de Singer (2012) será apoiada por Mészáros (2010) e sua crítica à social-democracia.

No capítulo “Irã nuclear: um caso de *Orientalismo* e *inimizade institucionalizada*”, o centro das atenções será no país persa e servirá de base para as análises dos três outros subtemas do capítulo seguinte. O primeiro autor a ajudar nesse capítulo será Said (2007) e seu conceito de *Orientalismo*: um conjunto de ideias

responsáveis por expressar uma consciência política ocidental que promove a diferença entre Ocidente e Oriente. A teoria de Said será relacionada com as interpretações de Parsi (2012) e Milani (2012) de que Irã e Estados Unidos possuem um relação de *inimizade institucionalizada*, o que torna a via diplomática entre autoridades iranianas e ocidentais extremamente complicadas. Depois, para entender o programa nuclear iraniano, Adler (2011) demonstrará os problemas no relacionamento entre Irã e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), e Porter (2010) argumentará acerca dos oito indícios de fraude no principal documento que sustenta a ideia de que o programa nuclear iraniano possui um viés militar. Por outro lado, os relatórios da AIEA serão utilizados para demonstrar quais são as origens da preocupação ocidental quanto ao programa nuclear iraniano.

Além disso, para demonstrar as possíveis implicações de um Irã nuclear, esse trabalho utilizará a interpretação de Roth (2012) de que é pouco provável que autoridades iranianas iniciarão um ataque a outros países como Israel. Para o autor, os verdadeiros objetivos iranianos seriam alcançar a hegemonia regional e espalhar o fundamentalismo islâmico. Complementarmente, será utilizada a visão de Walz (2012) de que com o Irã nuclear a instabilidade seria momentânea e que no longo prazo a presença de armas estabilizaria a região. Outro autor convocado para o debate será Kibaroglu (2010) que afirma que o único país que realmente estaria ameaçado é a própria Turquia, um dos Signatários da Declaração de Teerã. Por fim, deve-se ressaltar que todo esse quadro teórico dos capítulos citados será interligado pela narrativa bem apurada de Parsi (2012) sobre a Declaração de Teerã presente em seu livro *A Single Roll of the Dice*.

O objetivo último dessa pesquisa é proporcionar aos estudos de jornalismo uma melhor compreensão sobre temas que estarão mais presentes na grande imprensa devido ao novo papel brasileiro de potência emergente. Diante desse provável panorama de ascensão geopolítica do Brasil, entender as novas propostas de política externa do Ministério das Relações Exteriores, as conjunturas de um mundo em transformação e, principalmente, os vetores que influenciam o Irã, um novo parceiro político-econômico para o Brasil, mas que segue como um grande ponto de interrogação para a maior parte da opinião pública brasileira, torna-se relevante ao jornalismo. E, assim, definir quais rumos e acertos presentes na cobertura da Declaração de Teerã devem ser mantidos e quais erros devem ser reconhecidos e considerados para o exercício e a prática de um jornalismo mais vigoroso e atento.

Além disso, busca-se nesse trabalho abrir espaço para os interesses acadêmicos que transcendem ao que o curso de graduação em Jornalismo da Escola de Comunicação da UFRJ oferece ao longo de quatro anos para o amadurecimento intelectual que a profissão escolhida exige. Dessa forma, o trabalho de conclusão de curso é também uma reflexão sobre o ensino de graduação em jornalismo, e o caminho adotado nesse trabalho propõe de forma indireta que as análises teóricas sobre a prática jornalística envolvem muito mais conhecimentos sobre atualidade e uma interdisciplinaridade com outros campos de conhecimento (ciência política, relações internacionais, economia, estudos culturais) para além do que é oferecido para o exercício prático e intelectual do jornalismo. Acrescente-se a esses elementos a ausência de debates sobre atualidade presentes em jornais, revistas e livros, como a Declaração de Teerã, e a ausência de projetos, palestras e cursos que incentivem o aluno a se informar sobre temas de grande relevância e importância para uma nova geração de estudantes prestes a iniciar na prática do jornalismo profissional – e com as demandas crescentes de contextualização, explicação e interpretação do que vai pelo mundo.

## **2. Declaração de Teerã: a busca de Lula por uma nova ordem mundial**

A mudança na ordem de forças das relações internacionais não fica restrita a livros e teorias. A Declaração de Teerã é a prova empírica. Novos países como Brasil e Turquia querem maior participação nas questões globais e viram nas negociações com o Irã a oportunidade de se projetar. Para compreender essa conjuntura, veremos como se desenvolveu o jogo político enquanto Brasil, Irã e Turquia tentaram chegar a um acordo para resolver o programa nuclear iraniano. Também serão debatidas as transformações pela qual a política externa brasileira passou durante a presidência de Lula. Entre elas, aquilo que estava em jogo na Declaração de Teerã, quais foram seus objetivos, como esse acordo se enquadra num reordenamento das forças políticas globais, e, por fim, se ela pode ser considerada ideológica ou não.

### **2.1 A Declaração de Teerã**

O presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente iraniano, Mahmoud Ahmadinejad, e o premier turco, Recep Erdogan, posaram de mãos dadas para a imprensa no dia 17 de maio de 2010. O motivo era a conclusão da Declaração de Teerã. Para uns, a foto foi motivo de deboche. Outros já classificaram o ato como um primeiro passo para solucionar os impasses do programa nuclear do Irã. A nuclearização do país persa é uma das mais controversas questões da política internacional do século XXI.

A Declaração de Teerã é um documento com dez mandatários sobre o programa nuclear do Irã. Em resumo, foi acordado que o Irã enviaria para Turquia 1,2 mil quilos de urânio levemente enriquecido (sigla em inglês, LEU) e receberia, num prazo de um ano, 120 quilos de combustível necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã funcionar. Além disso, o governo iraniano reafirmou seu compromisso em respeitar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Isso implica que o Irã pode pesquisar, produzir e utilizar energia para fins pacíficos desde que seja transparente com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), responsável por regular o Tratado. Em outras palavras, o Irã teve seu direito assegurado para enriquecer urânio a 20% e aumentar seu estoque de urânio de baixo teor de enriquecimento, por volta de 3,5%.

O P5+1, grupo de países que mantinha com exclusividade o canal diplomático nas negociações nucleares iranianas, criticou o acordo. Para o grupo composto por Estados Unidos, China, França, Alemanha, Rússia e Reino Unido, o Irã não deveria ter direito de enriquecer urânio e aumentar seu estoque até que as suspeitas sobre a produção de armamentos nucleares fossem desfeitas. Brasileiros e turcos, por outro lado, defendiam que reconhecer o direito iraniano de manter um programa nuclear pacífico (isso inclui enriquecer e ter estoque próprio de urânio) é elemento básico para qualquer tentativa de se estabelecer um diálogo. Brasília e Ancara argumentavam também que os principais elementos da Declaração de Teerã foram inspirados na última tentativa de negociação do P5+1 com o Irã, em outubro de 2009. A diferença básica era que em vez de enviar o urânio levemente enriquecido para França ou Rússia, o estoque seria depositado na Turquia.

Vale ressaltar que o presidente dos EUA Barack Obama enviou ao Brasil, a poucos dias de Lula viajar para o Irã, uma carta afirmando que o encontro do Brasil em Teerã “representa uma oportunidade para abrir caminho a um diálogo mais amplo no que tange a resolver preocupações mais fundamentais da comunidade internacional com respeito ao programa nuclear iraniano em seu todo”<sup>1</sup>. Ele ainda sugere que as diretrizes propostas no plano de outubro de 2009 deveriam servir de base para as negociações.

Dois fatores surpreenderam os que esperavam pelo fracasso nas negociações. Primeiro: pela primeira vez a República Islâmica aceitou enviar seu estoque de urânio para um outro país. Segundo: Brasil e Turquia, países que não têm histórico em participar das principais decisões geopolíticas mundiais, conseguiram convencer o Irã a aceitar o acordo.

Parsi (2012: 175-6) defende que a Declaração de Teerã não existiria se Brasil e Turquia não tivessem suas pretensões próprias. E, essas pretensões nada têm a ver com o acordo em si. Os dois países encontraram na questão nuclear iraniana uma oportunidade de se inserir como novas potências políticas globais. O objetivo de ambos era dizer que o atual sistema de governança política estava ultrapassado e, se alguns problemas quisessem ser solucionados, governos como o turco e o brasileiro deveriam ter maior participação no fórum político global.

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/741132-leia-integra-traduzida-da-carta-de-barack-obama-a-lula-sobre-acordo-com-o-ira.shtml> acessado em 01 de novembro de 2012.

Turan (2010: 134-5) lembra que o atual sistema político global ainda segue a lógica dos momentos finais da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos conseguiram impor sua liderança político-econômica no mundo e colocaram seus aliados da Segunda Guerra Mundial como membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – o principal órgão político internacional. Porém, como definiu Zakaria (2008: 14), atualmente estamos num *mundo pós-americano*. Nessa nova conjuntura, os EUA não exercem a força de outrora e nações como Brasil, Turquia e Índia se posicionam como forças políticas alternativas aos americanos. Dessa forma, a participação de Brasil e Turquia nas negociações nucleares iranianas, aponta Turan, deve ser interpretada como uma ação afirmativa por uma maior participação nas questões de segurança e política global. Na Declaração de Teerã, os dois países não apenas afirmam a necessidade de reformar o Conselho de Segurança da ONU, mas também se posicionam como fortes candidatos na busca por um assento permanente no órgão das Nações Unidas.

## **2.2 A política externa de Lula**

O Brasil, durante os anos Lula, não escondeu a vontade de se tornar um membro permanente do Conselho de Segurança. A Declaração de Teerã não foi só o ponto alto dessa empreitada como também é um resumo de uma postura mais ativa e inovadora no Ministério das Relações Exteriores durante a gestão de Celso Amorim. Entre 2002-2010, o número de representações diplomáticas brasileiras subiu de 150 para 216. Além disso, estabeleceu-se um recorde em viagens oficiais. Foram 630<sup>2</sup> visitas internacionais do então Ministro das Relações Exteriores e 263<sup>3</sup> (ainda há mais quatro como presidente eleito, mas não empossado em 2002) viagens do presidente.

Outra mudança significativa foi a introdução do cargo de assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República. O cargo foi representado nos oito anos pelo professor licenciado do Departamento de História da Unicamp e petista histórico, Marco Aurélio Garcia. Se antes cabia exclusivamente ao Itamaraty definir as diretrizes da política internacional, a entrada de Garcia representou um novo componente nas engrenagens do Ministério das Relações Exteriores.

---

<sup>2</sup> Dado do Itamaraty.

<sup>3</sup> Idem.

De acordo com Valter Pomar, Secretário de Relações Internacionais do PT entre 2005 e 2010<sup>4</sup>, o governo seguiu a tendência de outros países que criaram o cargo como forma de dar mais prestígio ao Ministério das Relações Exteriores e modificar a condução política da pasta. Por outro lado, uma fonte do Itamaraty<sup>5</sup> afirma que a atuação do assessor especial foi bem mais limitada. A participação de Garcia, segundo a fonte, se restringiu a uma interlocução com os governos bolivarianos e outros governos da América do Sul em geral. Entre eles, os Kirchners na Argentina, Hugo Chávez na Venezuela, Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia.

Quanto à agenda internacional do governo Lula, as transformações implementadas pelo Presidente e o PT levaram o Brasil a buscar um protagonismo e uma diversificação nas suas políticas vis à vis o mundo. Fortaleceram-se as parcerias com países em desenvolvimento, nas chamadas cooperações Sul-Sul. Buscou-se também uma maior autonomia em relação ao Primeiro-Mundo, além de uma tentativa de transformar as relações de poder da geopolítica global através de novos mecanismos multilaterais. Ou seja, com uma maior participação de novos atores globais.

Uma forma resumida de mostrar como o governo Lula buscou uma política exterior ativa e mais independente pode ser compreendida através das palavras do ex-chanceler Celso Amorim:

A política externa de seu governo [de Lula] escolheu, desde a primeira hora, rebater, com atos, “aquela velha opinião formada sobre tudo”: opinião de que a integração sul-americana e latino-americana era um ideal inatingível; de que o comércio sul-sul era um objetivo puramente ideológico; de que uma nova geografia comercial e política era uma quimera. Sobretudo contrapôs-se ao conceito, ou melhor dizendo, “pré-conceito”, de que as questões globais só pode ser decididas entre os países ricos” (AMORIM, 2011: 272).

Dessa forma, percebe-se que Lula buscou uma transformação da ordem global. Essa postura foi classificada de *autonomia pela diversificação* (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007) ou de *paradigma logístico* (CERVO, 2008).

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida pelo ex-Secretário de Relações Internacionais do PT Valter Pomar em 03/12/2012, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

<sup>5</sup> Entrevista concedida por diplomata brasileira em 04/12/2012, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

### 2.2.1 A autonomia pela diversificação

De acordo com Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2007: 283), o conceito *autonomia pela diversificação* representa um conjunto de ajustes e mudanças adotado por Lula comparadas às diretrizes da política externa de Fernando Henrique Cardoso, chamadas de *autonomia pela participação* (VIGEVANI & CEPALUNI; 2007: 293). No entanto, eles ressaltam que isso não significa uma ruptura total com os governos anteriores. Lula e FHC compartilham um objetivo comum de desenvolver a economia e ampliar a autonomia do Brasil. O que muda são as estratégias e as ideias de como fazer isso:

Consideramos ambos os governos (FHC e Lula da Silva) como representantes de tradições diplomáticas brasileiras distintas, apresentando diferenças nas ações, nas preferências e nas crenças, buscando resultados específicos muito distintos no que diz respeito à política externa, mas procurando não se afastar de um objetivo sempre perseguido: desenvolver economicamente o país, preservando, ao mesmo tempo, certa autonomia política. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007: 275).

Sendo assim, cabe comparar os conceitos de *autonomia pela diversificação* de Lula e *autonomia pela participação* de FHC. Nos anos da *autonomia pela participação*, o Brasil buscou manter sua autonomia e ao mesmo tempo se adaptar aos desafios globais da década de 90, momento de forte influência do neoliberalismo. Isso representou a defesa do livre-comércio global e a tentativa de ingresso ao mercado mundial. Por outro lado, a *autonomia pela diversificação* de Lula busca reduzir as assimetrias nas relações externas com países desenvolvidos através de alianças com países menos desenvolvidos.

As mudanças de Lula, na opinião dos dois autores, podem ser exemplificadas nas seguintes diretrizes: a contribuição para um maior equilíbrio das relações de poder internacional que atenuou o unilateralismo; a expansão do bilateralismo e do multilateralismo como forma de aumentar a participação brasileira nas negociações internacionais; a promoção das relações diplomáticas a fim de aproveitar o maior intercâmbio econômico, financeiro, cultural, tecnológico e cultural; além de evitar acordos que poderiam prejudicar o desenvolvimento a longo prazo do país.

Em termos práticos, os autores afirmam que essas diretrizes se transformaram nas seguintes medidas práticas: aprofundamento nas relações com os países da

Comunidade Sul-americana de Nações (Casa); o fortalecimento das parcerias com os países emergentes como Índia, China, Rússia e África do Sul (países do chamado bloco BRICS); a atuação destacada na Rodada de Doha e nas negociações econômicas; a manutenção das boas relações político-econômica com os países ricos; a luta pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas com a inclusão do assento de membro permanente para o Brasil; e a defesa de objetivos sociais para um melhor equilíbrio entre Estados e populações.

Diante dessas mudanças e da clara vocação para contestar a ordem vigente, era natural que a parceria brasileira com os Estados Unidos sofreria modificações. Os autores defendem que na era Lula a relação com os EUA continuaram significativas, mas deixou de ser a única possibilidade do Brasil para atingir suas metas diplomáticas:

O critério que passou a reger as relações com os Estados Unidos a partir de 2003 foi o da não-exclusividade. Esse país continuou sendo o mais poderoso do mundo contemporâneo [...], mas buscou-se fortalecer essa relação na perspectiva do enfraquecimento do unilateralismo, revigorado na administração George W. Bush. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007: 306).

Por fim, Vigevani e Cepaluni (2007: 303-4) defendem que essa diversificação proposta “não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica a capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos”. Nesse contexto, entram outras participações como, por exemplo, a liderança brasileira na Declaração de Teerã, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e no envio de *peacekeepers* (soldados da ONU) para Angola e Timor Leste.

### 2.2.2 O paradigma logístico

Outra forma de compreender a política externa de Lula é através do *paradigma logístico* proposto por Amado Luiz Cervo (2008: 84). Para o autor, esse paradigma adotado por Lula seria um meio termo entre o desenvolvimentismo de Vargas e o neoliberalismo de Fernando Henrique Cardoso. Em outras palavras, a diplomacia de Lula buscou conferir ao Estado o papel de induzir os interesses econômicos do país sem ser absoluto como na era Vargas e ainda manter políticas econômicas de estabilidade monetária, juros alto e câmbio valorizado iniciadas pela ideia do Estado-mínimo de FHC.

Como vimos, o reforço do núcleo duro nacional supõe, no padrão logístico, o repasse de responsabilidades do Estado empresário à sociedade. Não repugna aos dirigentes, contudo, o empreendimento estatal, conquanto eleve seu desempenho ao nível de competitividade sistêmica global. Mas o foco do paradigma consiste, precisamente, em dar apoio logístico aos empreendimentos, o público e o privado, de preferência o privado, com o fim de rebustecê-lo em termos comparativos internacionais. (CERVO, 2008: 87).

Cervo (2008: 111-2) ainda afirma que Lula retomou a tradição da balança comercial brasileira de produzir grandes saldos e fomentou o investimento de empresas brasileiras como Petrobras, Vale do Rio Doce e Gerdau em terras estrangeiras. No plano político, o ex-presidente reforçou a capacidade de autonomia decisória e das estratégias de inserção internacional através da aproximação com os países emergentes para estabelecer uma melhor distribuição dos benefícios da globalização, porém sem negar sua participação nas estruturas hegemônicas do capitalismo. Isso pode ser visto em termos práticos na busca da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Ao mesmo tempo em que o Brasil visa fortalecer as suas ações multilaterais com o assento permanente, a transformação proposta pelo Brasil tem caráter reformista e não revolucionário. Cervo (2008: 235-6) também aponta que as relações entre Brasil e Estados Unidos se modificam com Lula. De acordo com o autor, os Estados Unidos buscam manter sua liderança nas estruturas hegemônicas do sistema global, enquanto o Brasil tenta lutar por uma relação mais equilibrada que permita ao país manter uma maior soberania e faça prevalecer mais seus interesses. O resultado para Cervo é que a relação entre Brasil e Estados Unidos a partir da era Bush e Lula “converte-se em um exercício político de uma partida de xadrez, em que os jogadores querem derrubar o rei adversário” (CERVO, 2008: 236).

### **2.3 Ideologia, lulismo e política externa**

A forma de atuação do reformismo lulista fez alguns analistas atacarem a diplomacia do PT em casos como na empreitada iraniana. Para Azambuja (2010: 128-30), a participação na Declaração de Teerã foi infrutífera e não gerou efeitos positivos diante dos objetivos da agenda internacional brasileira apontados por Cervo (2008), além de Vigevani e Cepaluni (2007). Esse envolvimento do Brasil com o Irã, na verdade, colocaria o país diante de complexas circunstâncias do Oriente Médio que

o país não pode controlar. Além disso, o Brasil não apresentaria elementos que poderiam influenciar positivamente nas negociações ou pressionar os principais atores a chegar a uma conclusão.

Almeida (2010: 212) completa o quadro afirmando que a retórica de terceiro-mundismo, anti-imperialismo adotada por Lula, exemplificada na participação iraniana, só se explica devido a captura de sua diplomacia pelos “estritos interesses de seu partido e de sua ideologia anacrônica” pouco adaptável às novas exigências de uma potência emergente como o Brasil. Diante dessa críticas, torna-se interessante analisar o conceito de ideologia e os próprios aspectos ideológicos presentes no lulismo. Para lidar com as questões ideológicas do lulismo na Declaração de Teerã, duas vertentes interessam a esse estudo.

A primeira é a de Mészáros (2004) e sua crítica à hegemonia capitalista-conservadora. O autor húngaro argumenta que nas sociedades ocidentais o discurso ideológico dominante é tão forte que ele ganha contornos de racional, erudito, anti-ideológico e objetivo. Em outras palavras, seria como se a prevalência de uma visão, levasse essa visão a ser considerada neutra e imutável. Enquanto isso, qualquer tentativa de contestação dessa ordem vigente, como é o caso da atuação Brasil em Teerã, acaba rotulada como conceitos ideológicos confusos. Dessa forma, a esquerda e os movimentos de contestação são caracterizados como extremistas, dogmáticos e fanáticos (MÉSZÁROS, 2004: 59). Segundo Mészáros, no entanto, esse quadro não condiz com a realidade e é impossível estar livre da ideologia:

A crença de que se possa estar livre de ideologia no mundo contemporâneo – ou mesmo no futuro previsível – não é mais realista do que a idéia do “valeroso companheiro” de Marx que pensava que os homens se afogavam por estarem possuídos pela idéia de gravidade. Temos, porém, testemunhado muitas tentativas, [...] decretando que ideologia não é mais do que uma idéia supersticiosa, religiosa: mera “ilusão, a ser permanentemente descartada pelo bom trabalho da objetividade científica” e pela aceitação dos procedimentos intelectuais adequados e “axiologicamente neutros” (MÉSZÁROS, 2004: 66).

Sobre essa objetividade científica, o filósofo argumenta que a suposta neutralidade é falsa e camufla o forte viés conservador por trás desse discurso objetivo, hegemônico e conservador. Além disso, essa desqualificação de todas as abordagens contra a ordem estabelecida, visa, aponta Mészáros, eliminar qualquer possibilidade efetiva de revolução social.

[...] os princípios metodológicos propostos são definidos de tal forma que áreas de grande importância social são excluídas *a priori* deste discurso racional por serem “metafísicas“, “ideológicas“, etc. Tal aceitação de uma única abordagem como admissível tem por efeito desqualificar automaticamente, em nome da própria *metodologia*, todas as abordagens que não se ajustam àquela estrutura discursiva. (MÉSZÁROS, 2004: 301-2).

A partir dessa perspectiva, a classificação da política externa de Lula como sendo ideológica deve ser entendida como falsa e refém de uma ideologia dominante que prega por uma suposta neutralidade científica inexistente. Neutralidade essa patrocinada por aqueles que não aceitam o surgimento de uma força que possa romper a ordem hegemônica na política internacional como propõe Lula.

Konder (2002: 248) lembra que a ideologia no plano político aparece na confusão entre os pólos universal e particular. Se por um lado, o sujeito da ação política quer conhecer seu campo de atuação e suas possibilidades práticas universais, esse sujeito é invariavelmente resultado também de suas motivações particulares.

A ideologia política surgiria, assim, dos diferentes graus de combinação desses dois elementos. E dentro das possibilidades interpretativas, cada grupo social “tende a acreditar que seu ponto de vista é mais adequado às necessidades ou às conveniências da humanidade do que o ponto de vista dos outros” (KONDER, 2002: 249).

O real problema é que nesse quadro de conflito de interesses e possibilidades interpretativas os discursos que oferecem elementos de auto-ilusão se sobressaem aos discursos da mentira desavergonhada. Isso acontece porque os discursos de auto-ilusão conseguem justificar seus benefícios, enquanto os da mentira desavergonhada, não. Em relação à nossa sociedade, Konder aponta que os discursos dos detentores de poder e capital ganham destaque:

Quando se trata do exercício do poder, aqueles que têm a posse dos grandes meios de produção inevitavelmente tendem a ficar convencidos (e tratam de convencer os demais) de que a situação de que se beneficiam é, se não a melhor, ao menos a menos ruim das situações possíveis. [...]

Essa capacidade de se auto-iludir confere aos detentores do poder e da riqueza uma eficiência maior na argumentação, no modo como iludem os outros.” (KONDER, 2002: 249-50).

Essa análise de Konder sobre a força dos detentores do poder tem como pano de fundo a percepção marxista sobre ideologia. Para Marx, há uma vitória do capital nas relações sociais. Essa interpretação surge de um Estado controlado pela burguesia que faz valer seus valores individuais e aliena a sociedade ao tornar esses valores universais. Assim, o Estado torna-se a fonte da ilusão ideológica de que os valores burgueses como propriedade privada e acumulação de capital são de interesse de todos:

As idéias da classe dominante – sustentava o filósofo – são, em cada época, as idéias dominantes. Quer dizer: a classe que possui o poder *material* na sociedade possui ao mesmo tempo o poder *espiritual*. A classe que dispõe dos meios da produção material também dispõe dos meios da produção espiritual (MARX apud KONDER, 2002: 42).

É justamente da incorporação do discurso do capital que advém a crítica à ideologia de Lula. Como foi explicado por Cervo (2008: 26), Lula jamais negou sua participação nas estruturas hegemônicas do capitalismo burguês. Para entender esse processo, deve-se recorrer a Singer (2012) e novamente a Mészáros (2004). Singer (2012: 13) afirma que Lula implantou um sistema político-econômico de “diminuição da pobreza com manutenção da ordem”. Em outras palavras, houve propostas reformistas, mas não revolucionárias.

Singer analisa no Partido dos Trabalhadores e em sua figura mais ilustre o que Mészáros descreveu sobre a esquerda europeia no pós-Guerra Fria. Mészáros (2004) defende que a fragmentação da União Soviética representou um momento em que grande parte da esquerda recuou em suas concepções marxistas revolucionárias e aderiu a um posicionamento que minimiza a necessidade do colapso institucional das democracias liberais. O resultado, de acordo com o filósofo marxista, é que muitos partidos políticos de esquerda se transformaram em tímidos partidos social-democratas. A busca do objetivo final da cartilha marxista foi substituído pela dos objetivos imediatos da social-democracia. Ou seja, por mais que adotem políticas menos conservadoras e de foco mais social, esses partidos deram uma guinada para o centro e começaram a compactuar com a ideologia vigente. Sendo assim, imaginar que isso é de esquerda é equivocado:

Quem achar que isso é “maximalismo” deveria perceber que, na verdade, a pior espécie de maximalismo é a busca vã de “demandas mínimas” irrealizáveis – por se conformarem tática e temporariamente com os limites estruturais do capital. [...] Durante muito tempo as estratégias da esquerda tradicional foram formuladas, explicitamente

ou não, com a “premissa realista“ de que os melhoramentos perseguidos têm de ser viáveis para o capital, deixando assim, sem discussão, o sistema em si (MÉSZÁROS, 2004: 38-9).

Singer (2012) traz essa análise para o plano nacional. Ele argumenta que muitas (não confundir com todas) reivindicações revolucionárias do PT foram engavetadas quando Lula chegou à presidência. Além disso, outras tradicionais bandeiras da direita foram adotadas pelo governo sob risco de que sua vitória eleitoral causasse um colapso econômico devido à fuga do capital estrangeiro. Ao adotar políticas favoráveis ao capital, o autor defende que Lula implantou um modelo de “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” (SINGER, 2012: 13). Se explicado no linguajar político tradicional, as diretrizes do governo de Lula possuíram elementos de direita e esquerda. Além disso, o PT deixou de ser um partido de esquerda que defende o socialismo como forma de organização social para se tornar uma agremiação mais próxima à social-democracia.

Os elementos à esquerda de Lula seriam o excelente resultado nas políticas de redução da pobreza e diminuição da desigualdade através dos programas sociais, cujo carro-chefe foi a expansão do Bolsa Família e o surgimento da *nova classe C*. À direita, estiveram a manutenção de políticas de prudência macroeconômica presente na cartilha neoliberal já seguidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Entre elas, devem ser destacadas a rigidez na política monetária (controle de inflação), a manutenção do câmbio flutuante, a independência do Banco Central e o respeito às metas do superávit primário.

Singer ressalta também que a inserção social dessa classe C e o combate à pobreza em muito estão relacionados a uma política sem confronto com o capital. Na opinião do autor, muito do sucesso das políticas de redução de desigualdade de Lula, além do Bolsa Família, se deve a expansão do crédito através da criação do crédito consignado, a ativação do mercado interno pelos melhores padrões de consumo dos mais pobres, principalmente no Norte e Nordeste do Brasil, além da melhora do poder de compra do salário mínimo e o controle dos preços de produtos básicos. Em outras palavras, muitas das vitórias à esquerda dos anos Lula estão ligadas a um pacto com o capital.

Quanto à política externa, Fortes (2011) traça uma comparação entre as diretrizes do PT entre a eleição de 1989, primeira disputada por Lula, e a de 2002, a primeira vencida pelo ex-sindicalista. O resultado é muito semelhante ao descrito por

Singer. O perfil ideológico da política internacional de Lula foge da esquerda tradicional que dominou as primeiras eleições presidenciais. Em 2002, o ex-sindicalista misturou elementos de esquerda e direita dentro de uma mesma agenda.

Em 1989, princípios como “buscar a implantação de uma nova ordem econômica mundial”, “apoio à luta dos povos reprimidos” e ter uma “política anti-imperialista” ditavam a campanha de Lula (FORTES, 2011: 36-42). Em 2002, o quadro é bem diferente. Questões de natureza fortemente política e as bandeiras tradicionais da esquerda em política internacional foram substituídas por diretrizes mais moderadas como “cooperação econômica e tecnológica com potências emergentes” (FORTES, 2011: 45). Além disso, surgem propostas impensáveis em comparação com a forma de se fazer política nos primeiros anos do PT. Segundo Fortes (2011: 39-45), foram adotadas princípios como criar “alianças com empresas estrangeiras para re-substituição de importações”, “aprofundar e aperfeiçoar as relações comerciais bilaterais com os EUA – o mais importante parceiro individual do Brasil no comércio mundial”, além de “consolidar a vocação multilateral do comércio externo”.

Tomando o caso da Declaração de Teerã como exemplo, Chagas (2012: 28) argumenta que por trás da participação política do Brasil havia interesses econômicos em evitar sanções no Conselho de Segurança da ONU. Segundo o autor, em relação a 2009, as exportações para o país persa subiram dois bilhões de dólares, o que representa um aumento de 74% nas vendas. Ou seja, a diplomacia das sanções utilizada pela comunidade internacional dificultaria a expansão desse vantajoso comércio bilateral.

Sendo assim, a análise de Fortes (2011) só reforça o que Vigevani e Cepaluni (2007), Cervo (2008) e Singer (2012) apontaram. Segundo Fortes à medida que as chances de se tornar Presidente da República cresceram, um novo equilíbrio entre as concepções político-ideológicas de esquerda e a análise de correlação de forças de direita se estabeleceu nas propostas de Lula.

Diante dessa união entre esquerda e direita num mesmo presidente seja na política interna ou externa, Singer argumenta que a tradicional polarização política desaparece no Brasil. A novidade no plano ideológico seria a volta da gramática varguista que opunha o “povo” e o “antipovo”. Ou seja, que divide ricos e pobres:

Ao incorporar pontos de vista tanto conservadores, principalmente o de que a conquista da igualdade não requer um movimento de classe auto-organizado que rompa a ordem capitalista, quanto progressistas, a saber, o de que um estado fortalecido tem o dever de proteger os

mais pobres independentemente do desejo do capital, ele achou em símbolos dos anos 1950 a gramática necessária para a sua construção ideológica. A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco (SINGER, 2012: 82-83).

Esse quadro é resultado de um realinhamento eleitoral ocorrido no ano da reeleição de Lula. Decepcionados com o escândalo político-midiático do mensalão, o eleitorado de classe média, aliado de longa data do lulismo em eleições anteriores, se afasta da base eleitoral do candidato. Por outro lado, o “conservadorismo popular”, representado pela figura do subproletário<sup>6</sup>, antes cético quanto à plataforma revolucionária petista, migra para a base lulista. O motivo seria a satisfação com a criação de um “Estado capaz de ajudar os pobres sem confrontar a ordem” (SINGER, 2012: 21) no primeiro quadriênio no governo do ex-líder sindicalista. É importante lembrar da ressalva de Singer: desde a democratização até 2006, PT e Lula tiveram dificuldades em conseguir votos dos eleitores de menor renda mensal. Por isso, a reeleição de Lula representa o grande divisor de águas do eleitorado do PT.

Entretanto, Singer defende que apesar desse realinhamento eleitoral rumo ao conservadorismo popular e do pacto do governo Lula com o capital, houve o cumprimento do antigo desejo petista de uma reforma social no Brasil. Essa transformação é classificada de “intensamente reformista” (SINGER, 2012: 45). Nesse panorama, surge uma ilusão de estagnação ao mesmo tempo em que se promove uma redução significativa da pobreza, principalmente no Nordeste brasileiro.

Portanto, Lula acertou ao concluir ser multi-ideológico em entrevista ao jornal espanhol *El País*<sup>7</sup>. O problema é que seus motivos estavam errados. Não é na direita e esquerda que reside sua multi-ideologia. Como consegue compactuar com os dois lados, a dicotomia sumiu. A verdadeira multi-ideologia no lulismo está na contradição em ser e não ser ideológico ao mesmo tempo.

O Lula não-ideológico residiu na sua capacidade de quebrar a barreira da verdade científica conservadora comum no fazer político. Lula propôs novas ideias para o mundo e sempre se manteve pragmático. Na Declaração de Teerã, por

---

<sup>6</sup> Conceito que André Singer pega de Paul Singer cuja definição é aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais” (SINGER apud SINGER; 2012, 77)

<sup>7</sup> Disponível em [http://elpais.com/diario/2010/05/09/domingo/1273377153\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2010/05/09/domingo/1273377153_850215.html) acessado em 23 de novembro de 2012

exemplo, o objetivo foi um lugar no Conselho de Segurança. O resultado, portanto, é que críticas como as de Almeida (2010) e Azambuja (2010) tornam-se inadequadas e inverossímeis.

Por outro lado, se os dois autores tivessem maior sensibilidade, descobririam onde estava o problema da ideologia de Lula. O presidente mais popular da história do Brasil não só compactuou com o *status quo* como foi um dos governantes mais pró-capital da história do país. Por isso, mesmo com todas suas conquistas sociais, boa parte de seu governo serviu à hegemonia do capitalismo.

### **3. Irã nuclear: um caso de *Orientalismo* e *inimizade institucionalizada***

Outro lado que a Declaração de Teerã deixou bem claro é que qualquer tipo de negociação com o Irã sofre para ultrapassar a resistente barreira de ideias preconcebidas e eternas suspeitas sobre as intenções nucleares do país persa. Nesse capítulo serão abordadas como essa difícil relação entre os iranianos e os países ocidentais, principalmente os Estados Unidos, se transformou em uma *inimizade institucionalizada*. Para essa análise, será utilizado o conceito de *Orientalismo* de Edward Said. Serão também debatidas as visões sobre as suspeitas da militarização do programa nuclear do Irã e se é possível afirmar que essas suspeitas sobre as bombas nucleares já podem ser consideradas certezas garantidas, como muitos especialistas e líderes de estado pregam. Por fim, o capítulo oferece uma análise de possíveis consequências caso o Irã adquira bombas nucleares.

#### **3.1 O Ocidente versus o Irã**

Parsi argumenta que muito do sucesso turco-brasileiro na Declaração de Teerã vem de uma mudança de postura de países estrangeiros com o Irã. Como Brasil e Turquia não tinham histórico de hostilidades ao Irã, a atmosfera de desconfiança e coerção foi substituída por uma atmosfera baseada na igualdade e na busca pela solução do problema. Dessa forma, o caminho para a diplomacia obter resultados positivos tornou-se mais simples, argumenta o autor.

O fracasso das tentativas anteriores lideradas pelo P5+1 explica-se para Parsi (2012: 222) pelo fato de que Estados Unidos e Irã já se tornaram *inimigos institucionalizados*. Como a desconfiança é generalizada em ambos os lados há mais de 30 anos, qualquer tipo de acordo envolve fatores políticos de extrema complexidade nos dois países. Por isso, as chances de sucesso são praticamente nulas.

No caso da Declaração de Teerã, o presidente americano Barack Obama deixou claro seu apoio a ida de Lula ao Irã em carta endereçada ao presidente brasileiro. Por isso, quando os EUA declararam em público seu ceticismo quanto ao acordo final, o Brasil chiou. Entretanto, os motivos da condenação não se relacionam com a Declaração em si ou a participação brasileira.

No meio tempo entre o envio da carta até Lula desembarcar em Teerã, os

Estados Unidos chegaram a um acordo com a Rússia sobre uma nova rodada de sanções ao Irã. Parsi afirma que para finalizar esse acordo, Obama precisou oferecer fortes concessões à Rússia. Por isso, a condenação à iniciativa brasileira foi imediata. Afinal, a aceitação da Declaração de Teerã pela comunidade internacional poderia impedir a aprovação das sanções no Conselho de Segurança. E, com isso, os EUA teriam ajudado a Rússia sem receber nada em troca. O que resultaria numa derrota diplomática para Obama.

A conjuntura da política interna americana também foi de enorme importância para a postura crítica à Declaração. Segundo Parsi (2012: 195), o *lobby* da comunidade judaica, liderada pelo *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC), junto à desaprovação de deputados e senadores democratas e republicanos no Congresso americano, colocaram a reaproximação diplomática com o Irã como uma questão que envolve altíssimo capital político no contexto nacional. E Obama, que já enfrentava enormes desgastes em Washington, não se propôs a comprar a briga. Parsi lembra que abrir um caminho diplomático com o Irã foi considerado um “aborrecimento”<sup>8</sup> (PARSI, 2012: 195), além de “inútil e moralmente questionável”<sup>9</sup> (PARSI, 2012: 211) por diferentes grupos políticos americanos.

Acreditar que estabelecer laços diplomáticos com o Irã hoje é algo inútil e moralmente questionável é um clássico exemplo do que Edward W. Said (2007) chama de *Orientalismo*. De acordo com o intelectual palestino, o conceito *Orientalismo* resume um conjunto de ideias históricas, sociológicas, estéticas, filológicas e geopolíticas estabelecidas no Ocidente durante diferentes processos de dominação exercidos pelas potências ocidentais no Oriente desde o século XIX. Esse conjunto seria responsável por expressar uma consciência política enraizada no senso comum de que o Oriente não compartilha muitos dos valores das sociedades ocidentais. Por conta disso, estaria disseminada uma estrutura política, social e cultural que promove a “diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, nós) e o estranho (o Oriente, o Leste, “eles”)” (SAID, 2007: 78):

[...] o Orientalismo [...] é a elaboração não só de uma distinção geográfica básica (o mundo é composto de duas metades desiguais, o Oriente e o Ocidente), mas também de toda uma série de “interesses” que, [...] o Orientalismo não só cria, mas igualmente

---

<sup>8</sup> *annoyance*

<sup>9</sup> *useless and morally questionable*

mantém; é, mais do que expressa, uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder (SAID, 2007: 40-1).

Os tipos de poder apontados pelo autor palestino seriam modelados pelas vias intelectuais, políticas e culturais, cujo resultado transforma o *Orientalismo* numa “dimensão considerável da moderna cultura política-intelectual, e como tal, tem menos a ver com o Oriente do que com o “nosso mundo” (SAID, 2007: 41).

Em termos políticos, O Islã se transformou, pelo ponto de vista Ocidental acostumado à democracia-liberal, num “sistema fechado de exclusões” (SAID, 2007: 398), “incapaz de desenvolvimento, autoconhecimento ou objetividade, além de ser não criativo, não científico e autoritário” (SAID, 2007: 395). E, assim, a visão moralmente questionável de se estabelecer relações diplomáticas com uma República Islâmica como o Irã, ganha forte respaldo.

No caso das negociações nucleares iranianas, um dos principais argumentos dos seus opositores é que não seria bom para a comunidade internacional que um regime autoritário como o iraniano desenvolvesse um programa nuclear capaz de produzir bombas atômicas.

Nesse ponto, duas questões devem ser analisadas. Por mais que haja gravíssimas deficiências quanto ao respeito dos direitos humanos na democracia iraniana, o sistema político é mais plural do que o senso comum prega. Parsi (2012: 192) afirma que Brasil e Turquia mantiveram meses de conversas com diferentes facções políticas iranianas antes de concluir o acordo com o presidente Ahmadinejad. Entre eles, o parlamento iraniano (*Majles*) e o Gabinete do líder supremo Aiatolá Khamenei. Em ambos os grupos políticos, há figuras de oposição ao presidente ou que já entraram em confronto político com Ahmadinejad.

O resultado desse diálogo foi produtivo e mostra as diferentes facções a favor do acordo. Após o presidente divulgar a conclusão da Declaração de Teerã, 234 parlamentares, incluindo Ali Larijani, o rival político do presidente Ahmadinejad, declararam publicamente seu apoio à Declaração. Além disso, outras forças da oposição, como um grupo de ativistas políticos nacionalistas religiosos e membros do “Movimento Verde”, grupo responsável pelo principal levante interno contra a

República Islâmica em 2009, também elogiaram o feito.

A aceitação do acordo nuclear pelo “Movimento Verde” leva ao segundo ponto a ser analisado. A luta interna de forças da oposição pelo maior respeito aos direitos humanos, liberdade política, civil e religiosa não deve ser misturada politicamente com a questão nuclear iraniana. Afinal, boa parte da oposição está de acordo com a Declaração de Teerã.

Ao fazer uma correlação entre os dois fatos, o Ocidente cai na interpretação orientalista de apresentar “uma certa vontade ou intenção de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente” (SAID, 2007: 41) do que realmente pensa a oposição iraniana. Como afirma Reza Aslan, pesquisador do *Center on Public Diplomacy* da *University of Southern California* (USC), em entrevista ao *Council of Foreign Affairs*: “independente de seus pensamentos políticos ou partidos, todos os iranianos concordam que o Irã tem o direito de enriquecer urânio e desenvolver um programa nuclear doméstico pacífico. Isso não está em debate no Irã”<sup>10</sup>.

### 3.2 O Irã versus o Ocidente

O que também não está em debate na República Islâmica é a relação de *inimizade institucionalizada* com os Estados Unidos. Parsi (2012: 216) argumenta que definir os Estados Unidos como o “Grande Satã” faz parte do DNA da República Islâmica. As origens dessa inimizade, aponta Malani (2012: 35), remontam ao ano de 1953, quando um Golpe de Estado apoiado pelas agências de inteligência americana e britânica, CIA e MI6, respectivamente, derrubaram o presidente nacionalista iraniano Mohammed Mossadegh.

Com a queda do governo de Mossadegh, o Xá Pahlavi tomaria posse com amplo apoio do governo americano e entraria na história como um dos regimes mais opressores da história do Irã. Esse contexto de forte interferência norte-americana na política interna de países se enquadra no que Said (2007: 390) afirma ser a contribuição dos EUA ao *Orientalismo*. Segundo o autor palestino, o processo já descrito na política internacional, em que os EUA ocupam o palco central da política

---

<sup>10</sup> *Regardless their politics or their parties, all iranians are united in the believe that Iran has the right to enrich uranium and to develop a peaceful demostic nuclear program. That is not up for debate in Iran. What is up for debate is about how far they take that program and whether to weaponize it or not.* Disponível em [http://www.cfr.org/interactives/CG\\_Iran/](http://www.cfr.org/interactives/CG_Iran/) acessado em 20 de outubro de 2012 minuto 5:56 a 6:10

mundial, é também encontrado no Oriente. A partir da Segunda Guerra Mundial, o império americano substituiu França e Grã-Bretanha e ligou toda a região à teia de seus interesses. Isso incluiu interferir na política interna e estabelecer acordos vantajosos para a balança comercial americana. Ruhollah Khomeinei, futuro líder do país e da revolução responsável pela queda do regime, chegaria a chamar o Irã de “colônia americana” em 1964 e o monarca iraniano seria retratado como o “xá americano” (MILANI, 2009: 35).

Não há como entender a Revolução de 1979 sem lembrar da forte repressão do regime do Xá Pahlavi. Como os EUA tinham fortes ligações com o regime, naturalmente o antiamericanismo no Irã iria surgir também na sociedade iraniana pós-1979. Dado esse panorama, pensar num movimento revolucionário que prega a queda do Xá seria impensável sem uma completa transformação das relações do Irã com os Estados Unidos. Assim, o antiamericanismo se tornou um dos carros-chefes do pensamento político da República Islâmica. Não à toa, um dos principais acontecimentos da Revolução de 1979 foi a invasão de estudantes à embaixada que resultou no sequestro de 52 norte-americanos durante 444 dias.

Como as relações entre os dois países não avançaram nesses trinta anos, Parsi (2012: 216) defende que negociar com os Estados Unidos ainda hoje entraria em contradição com um dos pilares de sustentação do atual regime iraniano. O que poderia levar o sistema político iraniano a enfrentar uma crise de legitimidade. Além disso, Parsi argumenta que a República Islâmica, caso se comprometa com qualquer acordo com os EUA, pode também perder sua força política no Oriente Médio como contraponto à influência americana na região. Milani (2012: 49) complementa que a postura iraniana de “modelo de resistência”<sup>11</sup> (MILANI, 2012: 45) permitiu que os Aiatolás expandissem sua influência em países como Afeganistão, Líbano, Iraque e os Territórios Palestinos e se tornassem uma das mais influentes lideranças do Oriente Médio.

### **3.3 O programa nuclear iraniano**

A grande preocupação do Ocidente com o Irã é que o país desenvolva sua bomba nuclear. Desde 2002 quando a instalação subterrânea de Natanz e uma fábrica de produção de água pesada em Arak foram reveladas por um grupo de dissidentes iranianos, parte do Ocidente acusa o Irã de estar escondendo suas reais intenções

---

<sup>11</sup> *model of resistance*

nucleares. Por conta disso, não engole a ideia de que os Aiatolás enriqueçam urânio, mesmo que seja para fins pacíficos. Entretanto, jamais houve comprovação de fato de que o Irã esteja desenvolvendo um programa de armas nucleares. O que há são indícios significativos e pesquisas que defendem que o Irã almeja entrar no seleto grupo de potências militares nucleares.

A principal fonte de argumentação dos céticos são os relatórios elaborados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão vinculado às Nações Unidas, entre 2003 e 2012. A AIEA fiscaliza todos os signatários (como o Irã) do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) para evitar uma corrida armamentista nuclear.

Adler (2011: 2567) destaca que, de acordo com Agência, o Irã não está cumprindo suas obrigações como signatário do TNP ao esconder boa parte do seu trabalho nuclear. Essa omissão é apontada como indício de que o país desenvolve um projeto militar secreto em paralelo ao civil. Além disso, Adler (2011: 2583) também aponta para a frustração da Agência em não conseguir contato com alguns cientistas responsáveis, documentos e equipamentos do programa nuclear. Entre 2007 e 2010, por exemplo, o Irã não informou à Agência em tempo hábil a decisão de construir ou autorizar a construção de novas usinas nucleares em Darkhovin e uma instalação de enriquecimento perto de Qom. Diante dessas omissões, o relatório da AIEA levanta sérias suspeitas sobre a dimensão militar do programa nuclear:

52. [...] como o Irã não está oferecendo a cooperação necessária, inclusive por não implementar seu Protocolo Adicional, a Agência é incapaz de fornecer garantias credíveis sobre a ausência de material nuclear não declarado e atividades no Irã, e, portanto, à conclusão de que todo o material nuclear no Irã está em atividades pacíficas.

53. A agência tem sérias preocupações sobre possíveis dimensões militares do programa nuclear iraniano. Depois de avaliar cuidadosamente e criticamente a extensa informação de que dispõe, a Agência considera a informação ser, em geral, credível<sup>12</sup> (AIEA, 2011: 10).

---

<sup>12</sup>[...] *as Iran is not providing the necessary cooperation, including by not implementing its Additional Protocol, the Agency is unable to provide credible assurance about the absence of undeclared nuclear material and activities in Iran, and therefore to conclude that all nuclear material in Iran is in peaceful activities. The Agency has serious concerns regarding possible military dimensions to Iran's nuclear programme. After assessing carefully and critically the extensive information available to it, the Agency finds the information to be, overall, credible. activities may still be ongoing.* Disponível em [http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA\\_Iran\\_8Nov2011.pdf](http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA_Iran_8Nov2011.pdf) acessado 19 de outubro de 2012

Entre as atividades que estão sob suspeita, a AEIA destaca quatro: o uso de vias clandestinas para a produção de material nuclear; a aquisição de informações de armas nucleares a partir de uma rede clandestina de abastecimento; o desenvolvimento de arma nuclear que inclui o teste dos seus componentes; e os esforços para adquirir equipamentos e materiais nucleares para entidades e indivíduos de perfil militar. De acordo com a Agência, essas atividades ocorreram no Irã inseridas num programa nuclear estruturado para fins militares até 2003. A partir dos anos seguintes, a AEIA admite não ter condições de confirmar se esse programa estruturado segue em atividade. Mesmo que haja indícios de que algumas atividades relevantes continuaram depois de 2003 e ainda podem estar em curso (AEIA, 2011: 8).

Da análise dessa informação fornecida pelo Irã e através do seus próprios esforços [da AIEA], a Agência tem sido capaz de construir o que ela acredita ser uma boa compreensão das atividades realizadas pelo Irã antes do final de 2003. A capacidade da Agência para a construção de uma compreensão igualmente boa de atividades no Irã após a final de 2003 é reduzida, devido à informação mais limitada à disposição da Agência.<sup>13</sup> (AIEA, 2011: Anexo 4).

Esse fato é confirmado pelo Presidente do *Ploughshares Fund*, Joseph Cirincione, em entrevista ao diário noturno do canal *Al Jazeera*<sup>14</sup>. De acordo com Cirincione, há suspeitas e evidências no desenvolvimento principalmente de modelagem computacional. No entanto, é impossível afirmar que há um programa intenso de construção de uma ogiva nuclear. Sendo assim, para o especialista, o relatório deixa claro que o Irã não decidiu obter uma arma nuclear.

Boa parte da acusação ao Irã nesses relatórios baseia-se em evidências de um documento apelidado de “*the laptop document*”, ou oficialmente chamado de “*alleged studies documents*”. Esses documentos descreveriam a existência de um processo de militarização nuclear<sup>15</sup> em processo no Irã. Sua existência é pública desde março de 2008. De acordo com a AIEA, trata-se de um documento de natureza tecnicamente

---

<sup>13</sup> *From analysis of this information and information provided by Iran, and through its own endeavours, the Agency has been able to construct what it believes to be a good understanding of activities undertaken by Iran prior to the end of 2003. The Agency's ability to construct an equally good understanding of activities in Iran after the end of 2003 is reduced, due to the more limited information available to the Agency.* Disponível em [http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA\\_Iran\\_8Nov2011.pdf](http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA_Iran_8Nov2011.pdf) acessado 19 de outubro de 2012

<sup>14</sup> Disponível em: <http://aje.me/w46aID>; acessado 18 de outubro de 2012 ver minuto 1:06 a 1:53

<sup>15</sup> Disponível em [http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA\\_Briefing\\_Weaponization.pdf](http://www.isisnucleariran.org/assets/pdf/IAEA_Briefing_Weaponization.pdf) acessado em 18 de outubro de 2012

completa e interligada que mostra atividades de pesquisa, desenvolvimento e testes. São mais de mil páginas que possuem correspondências, relatórios, gráficos, vídeos e plantas de engenharia (AIEA, 2011: Anexo 3). Nele estão descritos basicamente três processos: o de conversão de urânio, experimentos de tecnologia semelhantes às usadas em projetos da primeira bomba atômica dos EUA e a mudança do *design* de mísseis Shahab-3 para adaptá-los como uma arma nuclear.

Por outro lado, Porter (2010)<sup>16</sup> afirma que há oito indícios de que o documento em questão é falso. São eles: as tecnologias citadas já foram substituídas por mais modernas; um dos projetos presentes teria sido definido na verdade dois anos e meio antes da data presente divulgada no documento; não há carimbos oficiais e marcações de classificação de segurança; a empresa supostamente contratada para converter o urânio não teria *know-how* para isso; a empresa também não começaria a operar a tecnologia sem antes realizar testes preliminares, o que não está descrito; uma das cartas está escrita à mão, o que é impensável para um projeto de remodelamento de míssil; não é possível concluir que o exército teria a responsabilidade na conversão de urânio já que outra tecnologia semelhante estava sendo desenvolvida dentro do programa civil; e é improvável que uma carta de parecer técnico sobre como equipar uma instalação para converter urânio fosse enviada ao responsável por um projeto de remodelamento de mísseis.

Outro documento usado como prova contra o Irã foi vazado pelo jornal britânico *The Times* em dezembro de 2009. Segundo o *Institute for Science and International Security* (ISIS), o documento teria sido produzido pelo grupo responsável por lidar com nêutrons “em uma organização dirigida por Mohsen Fakrizadeh, um oficial da defesa iraniana consistentemente ligado à inteligência e à avaliação da AIEA ao esforço do Irã de desenvolver a capacidade de produzir armas nucleares”<sup>17</sup>.

O documento trata do uso do iniciador de nêutron, um dispositivo responsável por iniciar a explosão nuclear. Ao analisar a informação vazada o ISIS admite que o documento, se verdadeiro, seria um forte indício de que o Irã tem um plano para desenvolver e promover testes nucleares. Afinal, além do iniciador de nêutron ser um

---

<sup>16</sup> Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/store/10.1111/j.1475-4967.2010.00460.x/asset/j.1475-4967.2010.00460.x.pdf;jsessionid=4D3EF76E05D36CD54A67477325C9FDB7.d03t04?v=1&t=ha1czx1p&s=4c4e1a17d72358257a26e0805c5fa102d4c15a7d> acessado em 01 de novembro de 2012

<sup>17</sup> Disponível em <http://isis-online.org/isis-reports/detail/questions-and-answers-regarding-iranian-document/> 19 de outubro de 2012

elemento fundamental na composição de uma arma atômica, esse dispositivo não tem qualquer implicação para uso civil. No entanto, o *Think Tank* sediado em Washington também se mostra cético:

Alguns caracterizaram esse documento como uma prova clara das atividades armamentistas do Irã. Pode ser isso de fato. No entanto, o ISIS pede cautela e avaliações adicionais do documento, em particular para confirmar a data do documento e como o documento se encaixa com outras informações referentes as atividades armamentistas nucleares antes de 2003 e em qualquer trabalho posterior. O documento poderia descrever o trabalho a ser desenvolvido e a se manter uma capacidade, em vez de ser parte de um programa autorizado para construir armas nucleares. O documento não menciona armas nucleares e não vimos evidências de uma decisão iraniana de construí-las.<sup>18</sup>

Essa opinião é compartilhada pelo pesquisador Robert Kelley, do *Stockholm International Peace Research Institute*, em entrevista ao programa semanal *People & Power* da *Al Jazeera*<sup>19</sup>. Ao comentar o documento vazado pelo *The Times*, o especialista afirma que não há provas de que o Irã está no caminho de desenvolver uma bomba. As fontes seriam fracas em precisão e partes consideradas fraudulentas. Segundo Kelley, uma das indicações de que o documento é fraudulento seria o uso da linguagem, já que a forma como o *farsi* (idioma local iraniano) foi utilizado seria mais indicado para um estrangeiro do que para um nativo. Algo improvável para um documento de tamanha importância.

### **3.4 E se o Irã desenvolver a bomba?**

Mesmo se todas essas evidências estiverem corretas e as possíveis fraudes forem realmente falsas, parte da leitura especializada argumenta que ideias que apregoam que o programa nuclear iraniano coloca o mundo em risco e, por isso, a Declaração de Teerã deixou o mundo mais perigoso, mostram-se falsas. Milani, por exemplo, afirma que a

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://isis-online.org/isis-reports/detail/new-document-reopens-question-on-whether-irans-nuclear-weaponization-work-c/> acessado em 18 de outubro de 2012:

*Some have characterized this document as a smoking gun on Iran's weaponization activities. It might in fact be that. But ISIS urges caution and further assessment of this document, in particular to confirm the document's date and with how the document fits with other information regarding Iran's nuclear weaponization activities both prior to 2003 and any work afterwards. The document could describe work to develop and maintain a capability rather than being part of a program authorized to build nuclear weapons. The document does not mention nuclear weapons and we have seen no evidence of an Iranian decision to build them.*

<sup>19</sup> Disponível em <http://aje.me/z6U7EP> acessado 19 de outubro de 2012 ver minuto 16:20 a 18:05

política externa do regime iraniano é bem mais pragmática do que muitos pensam (MILANI, 2009: 33) e, por isso, usar bombas é algo fora de questão.

Desde o lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos nos últimos suspiros da Segunda Guerra Mundial, o uso de bombas nucleares ficou restrito a testes. Nos anos seguintes, os EUA ganharam a companhia de China, Paquistão, Índia, Rússia, Coreia do Norte, França, Reino Unido, Alemanha e Israel no conjunto dos países militarmente atômicos. Esse grupo reúne países com significativas rivalidades no passado, como EUA e Rússia, e rivalidades no presente, como Índia e Paquistão. Se o Irã entrar no grupo, os mais preocupados seriam os EUA e, principalmente, Israel.

Tomando-se por base o caso das rivalidades entre EUA e Rússia e Índia e Paquistão, Roth (2012: 175) argumenta, no entanto, que um cenário de ataque iraniano à Israel é improvável. Na verdade, o interesse iraniano nas armas estaria no aumento de sua barganha política regional e para isso não é necessário o uso de armas, principalmente, contra Israel.

O Irã tem dois objetivos de longo prazo, alcançar a hegemonia regional e espalhar o fundamentalismo islâmico, nenhum dos dois será alcançado se o Irã iniciar um conflito nuclear com Israel. [...] O Irã só precisa possuir armas nucleares, não usá-las, para aumentar ainda mais seu prestígio internacional e forçar os adversários a levar isso a sério. Da mesma forma, o poder de dissuasão de uma capacidade não utilizada nuclear permitiria o regime difundir sua ideologia, sem a preocupação constante de mudança de regime imposta do exterior (ROTH, 2012: 175)<sup>20</sup>

A real preocupação de Israel está nas possíveis transformações geopolíticas do Oriente Médio. No novo contexto, com o Irã mais forte, Israel não teria mais condições de manter a paz através da coerção hoje somente possível por conta de sua superioridade bélica. Em outras palavras, para a maioria israelense “a chave para garantir a paz no Oriente Médio é convencer os adversários israelenses que ejetar Israel através da força é uma tarefa impossível que não vale a pena tentar”<sup>21</sup> (ROTH, 2012: 175).

---

<sup>20</sup> *Iran has two long-range goals, achieving regional hegemony and spreading fundamentalist Islam, neither of which will be achieved if Iran initiates a nuclear exchange with Israel. [...] Iran needs only to possess nuclear weapons, not to use them, in order to further enhance its international prestige and force adversaries to take it seriously. Likewise, the deterrent power of an unused nuclear capability would allow the regime to spread its ideology without the constant worry of regime change imposed from abroad.*

<sup>21</sup> *[...] the key to enduring peace in the Middle East is convincing Israel's adversaries that ejecting Israel through force is an impossible task not worth pursuing*

Dessa forma, o que Israel quer é evitar que a militarização nuclear do Irã signifique a possibilidade de uma nova organização militar e política no Oriente Médio. Isso porque países como a Arábia Saudita e o Egito, argumenta Roth, provavelmente também buscarão desenvolver armas nucleares após o Irã. O resultado é que a percepção de Israel como um Estado invencível será desfeita, sua diplomacia para o Oriente Médio teria de ser reinventada e a paz, nos moldes atuais, entre o Estado Hebreu e os Estados Árabes se tornariam mais incertas.

Waltz (2012: 121), por outro lado, afirma que essa instabilidade na região seria momentânea e que no longo prazo o Oriente Médio se estabilizaria. Afinal, as diferenças entre forças militares seriam reequilibradas e, por conta disso, as armas trariam mais segurança a uma das regiões mais voláteis do mundo.

Kibaroglu (2010: 61-2) discorda. Seu argumento é o de que pouco seria alterado com um Irã de armas nucleares. E, se algum país está ameaçado, o único seria a Turquia, um dos signatários da Declaração de Teerã. Isso porque o delicado equilíbrio de forças militares que há entre turcos e iranianos na fronteira poderia ser desfeito.

Em relação aos outros países próximos, os Estados do Golfo (Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait) já sofrem de um desequilíbrio militar em comparação ao Irã. Logo, pouco muda. Outros vizinhos como países do Cáucaso e Ásia Central, além de Rússia, Paquistão, Índia e China não apresentam conflitos com o país persa. Quanto a Estados Unidos e Israel, a grandeza de suas ogivas é suficiente como fator de dissuasão de um ataque iraniano. Por fim, o Iraque transformou-se num protetorado americano e, por isso, um ataque também é descartado pelo autor. Ou seja, por mais que o Irã desenvolva a bomba e isso resulte naturalmente em significativas mudanças na geopolítica, a segurança mundial provavelmente se manteria num status semelhante ao atual.

#### **4. *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo* e a Declaração de Teerã**

Após a abordagem teórica sobre a Declaração de Teerã, esse capítulo – organizado em cinco partes – analisará como os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* realizaram a cobertura do acordo assinado por Brasil, Turquia e Irã. No primeiro subcapítulo, o foco será nas questões de geopolítica – como a política externa de Lula – e a possível existência de uma nova ordem mundial. No segundo, será abordado como os jornais trataram a ideologia do lulismo. No terceiro, a influência do *Orientalismo* ao se falar sobre Irã. As questões de política interna que influenciaram as posições de Irã e Estados Unidos serão objeto do quarto subcapítulo. No último, serão apresentadas as formas de tratamento das informações sobre o programa nuclear iraniano.

##### **4.1 *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo* e a geopolítica**

Nenhum tema tomou tanto espaço dos três jornais quanto as mudanças e confrontos geopolíticos representados na Declaração de Teerã. A cobertura nessa questão foi pautada por dois temas principais. O primeiro foi Brasil e Turquia serem apresentados como novos *global players* em busca de uma nova ordem política mundial, classificada como multilateral. Ou seja, uma ordem política que envolva agentes diferentes às potências globais ou de oposição a forma unilateral. O segundo tema foi a liderança americana nas negociações por sanções ao Irã no Conselho de Segurança das Nações Unidas logo após a assinatura da Declaração de Teerã e, por conta disso, a consequente rixa diplomática entre Brasil e Estados Unidos.

Esses dois temas estão interligados e seu conjunto criou uma narrativa clara sobre a geopolítica envolvida na Declaração de Teerã. De um lado Brasil, Turquia e Irã. Do outro, os membros permanentes do Conselho de Segurança, liderados pelos Estados Unidos. Essa narrativa serve como bom exemplo das propostas de Vigevani e Cepaluni (2007), além de Cervo (2008), abordadas no segundo capítulo.

Afinal, essa divisão é consequência da busca brasileira no campo das relações internacionais por uma maior autonomia e pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; da procura pela redução nas assimetrias das relações externas através de alianças com países menos desenvolvidos; do aumento da capacidade de

intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos; e de uma relação menos submissa perante os EUA. Tudo isso, dentro de um contexto de *mundo pós-americano*, que como aponta Zakaria (2008: 14), os EUA não exercem a força de outrora e outros países surgem como alternativas ao poder político. Como trataram essas questões em sua cobertura e as relacionaram com os fatos da Declaração de Teerã, a postura dos veículos ao abordar a geopolítica deve ser louvada.

Na *Folha de S. Paulo*, a matéria intitulada “CAFÉ CELEBRA NOVA ORDEM MUNDIAL”<sup>22</sup>, do dia 18/05/2010, informa que Brasil e Turquia adotaram “discursos afinados de repúdio à pressão americana e promessas de uma nova ordem mundial”. Para corroborar essa visão, resultado da busca de uma nova ordem, o jornal publica ainda em 18/05/2010 “EUROPA EXPRESSA CETICISMO; BRASIL PEDE VOTO DE CONFIANÇA”<sup>23</sup> e o editorial do jornal britânico *Financial Times* “TEERÃ PROMETE SAÍDA DO LABIRINTO”<sup>24</sup>. Esse editorial elogia que as potências emergentes Brasil e Turquia estejam “se posicionando como players independentes” e fazendo a “ponte entre a desconfiança do Ocidente e o mundo muçulmano (no caso de Ancara) e o mundo em desenvolvimento em geral (no caso de Brasília)”.

No dia seguinte, a análise de Claudia Antunes, “EUA PREFEREM STATUS QUO A OUSAR EM NEGOCIAÇÕES”<sup>25</sup> começa a indicar o conflito entre Brasil e Estados Unidos, consequência do confronto entre a busca de uma nova ordem pelo Brasil e a tentativa americana de manter a velha ordem. Ela afirma na análise que o “governo americano buscou, em primeiro lugar, mostrar que de fato manda numa hierarquia do poder global que potências emergentes como Brasil e Turquia dão como ultrapassada”. Além disso, o jornal afirma no mesmo dia em “REAÇÃO NEGATIVA DOS EUA PREOCUPA BRASIL”<sup>26</sup>, que com o projeto de implementar sanções contra o Irã, o eixo de preocupação do Brasil passou a ser “os Estados Unidos e suas reações”.

O colunista do jornal, Kenneth Maxwell, escreve em “O ACORDO COM TEERÃ”<sup>27</sup>, no dia 20/05/2010, que essa reação americana é resultado da pouca atenção do governo de Obama à América Latina. Essa indiferença deixa espaço para que o Brasil desenvolva suas iniciativas próprias. Entre elas, buscar a reforma do sistema de

---

<sup>22</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1805201002.htm> acessado 15 de novembro de 2012

<sup>23</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1805201004.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>24</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1805201006.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>25</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905201004.htm> acessado em 15 de novembro

<sup>26</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905201006.htm> acessado em 15 de novembro

<sup>27</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2005201006.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

governança global. Em reportagem no mesmo dia, “LULA DIZ TEMER QUE CASO IRÃ VOLTE À ESTACA ZERO”<sup>28</sup>, a *Folha* trouxe as aspas do presidente Lula que “a governança global de hoje representa o mundo político de 1945, não o de 2010. É preciso mudar, mas quem já está sentado na cadeira [do Conselho de Segurança] não quer mudar”.

Essa transformação foi bem apontada pela colunista Eliane Cantanhêde, no artigo “IMPASSE”<sup>29</sup> do dia 21/05/2010, em que ela afirma que o Brasil busca um assento permanente no Conselho de Segurança. Um dia depois, a *Folha* traria na reportagem “APÓS IGNORAR O ACORDO BRASIL-IRÃ, OBAMA PREGA DIVISÃO DE FARDOS”<sup>30</sup> a volta do multilateralismo a suas páginas com a afirmação do presidente americano que os EUA não podem agir sozinhos no mundo e sua defesa por uma nova ordem global.

Essa visão de uma ordem multilateral foi corroborada por três artigos de opinião. No dia 23/05/2010, o ex-ministro do governo FHC, Luiz Carlos Bresser-Pereira, afirma em “IRÃ E O IMPÉRIO DECADENTE”<sup>31</sup> que “os EUA são um império em decadência que tenta ser imperial em uma fase da história mundial na qual os impérios não fazem mais sentido”. No dia seguinte, seria a vez do editor do jornal *Herald Tribune*, Roger Cohen, afirmar em “É PRECISO APRENDER A ERGUER PONTES SOBRE O ABISMO”<sup>32</sup> que a “predominância anglo-saxã ainda não terminou, mas está em declínio”.

O atrito entre Brasil e Estados Unidos voltaria a ganhar destaque no dia 27/05/2010 com a divulgação pela *Folha de S. Paulo* da carta que o presidente Obama enviou a Lula. O conteúdo da correspondência estimulava o presidente brasileiro a seguir as negociações e confirmava que o Brasil alcançou todos os pontos traçados por Obama<sup>33</sup>. O vazamento desse documento pelo colunista Clóvis Rossi explicita ainda mais as divergências entre Brasil e EUA na Declaração de Teerã e complica a posição americana de repúdio ao acordo. Os americanos afirmam em reportagem “BRASIL SE IRRITA COM DESMENTIDOS DOS EUA”<sup>34</sup> do dia 31/05/2010 que, apesar do conteúdo da carta, o Brasil “sabia perfeitamente que o acordo nuclear com o Irã nos termos alcançados seria inaceitável”. De acordo com a reportagem, a reação do

---

<sup>28</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2005201001.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>29</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2105201004.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>30</sup> Disponível em <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2305201011.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>31</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2305201014.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>32</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny2405201003.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>33</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2705201001.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>34</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3105201003.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

Itamaraty foi de irritação.

As questões apontadas pela *Folha de S. Paulo*, também estiveram presentes nos outros dois jornais analisados. No *O Globo*, a edição do dia 18/05/2010 trouxe o conflito entre Brasil, Irã e Turquia versus potências na reportagem “FESTEJADO, AMORIM RECEBE CRÍTICAS E PEDE TEMPO PARA O IRÃ”<sup>35</sup>. No mesmo dia, a matéria “EUA INSISTEM EM SANÇÕES AO IRÃ APESAR DO ACORDO”<sup>36</sup> reafirma o ceticismo dos membros do Conselho de Segurança com a Declaração de Teerã.

As questões do multilateralismo foram debatidas na reportagem do dia 23/05/2010 “CASO IRANIANO PÕE EM QUESTÃO VISÃO DE MUNDO MULTIPOLAR”<sup>37</sup>. Na matéria, especialistas defendem que uma nova governança global é necessária, mas que as potências emergentes esbarram na vontade dos membros do Conselho de Segurança em realizar essa reforma. A entrevista “VEJO PROGRESSO NO BRASIL COMO ATOR”<sup>38</sup> na mesma edição com Parag Khanna, assessor de assuntos geopolíticos de Barack Obama na campanha presidencial de 2008, complementou essa visão ao elogiar o posicionamento brasileiro. Ele afirma que “Brasil e Turquia mostraram o que é possível em termos de novos eixos diplomáticos, e isso não pode ser desmerecido sequer pelo Conselho [de Segurança]”. Khanna ainda defende ser necessário estimular os países emergentes a buscar um papel mais ativo nos desafios regionais.

No editorial “SUICÍDIO DIPLOMÁTICO”<sup>39</sup> do dia 24/05/2010, *O Globo*, por outro lado, critica a postura da diplomacia brasileira ao afirmar que o alvo estratégico é “contrapor-se a interesses dos Estados Unidos e aliados do Primeiro Mundo, o Norte”. Além disso, a busca por aumentar a influência do Brasil no mundo se tornou uma “preocupação quase obsessiva”. O resultado, segundo o editorial, seria a “irritação americana com Brasília e Ancara”. Essas divergências ganharam destaque na reportagem “TEERÃ DESAFIA RELAÇÃO ENTRE LULA E EUA”<sup>40</sup>, do dia 27/05/2010, e “O ACORDO QUE DIVIDE”<sup>41</sup>, do dia 28/05/2010. Na primeira, a repórter Eliane Oliveira afirma que os contatos entre as autoridades dos dois países foram interrompidos durante alguns dias. O silêncio só foi quebrado com o envio de uma carta de Lula a

---

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa> acessado em 18 de janeiro de 2012

<sup>36</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa> acessado em 18 de janeiro de 2012

<sup>37</sup> Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/184736> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>38</sup> Disponível em [ado.gov.br/bdsf/item/id/184736?mode=full](http://ado.gov.br/bdsf/item/id/184736?mode=full) acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>39</sup> Disponível em <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2010/05/politica-externa-brasileira-elogio-do.html> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>40</sup> Disponível em <http://www.alide.com.br/joomla/component/content/article/36-noticias/1363-teera-desafia-relacao-entre-lula-e-eua> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>41</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa> acessado em 18 de janeiro de 2012

Obama sobre as sanções. Na segunda, a Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, afirma que os EUA têm “discordâncias muito sérias” com o Brasil, mas que isso não comprometerá o relacionamento entre os dois países.

A resposta brasileira veio nas reportagens do dia 29/05/2010, “ELES ESTÃO NERVOSOS, DIZ AMORIM”<sup>42</sup> e “BRASIL E TURQUIA TENTAM QUE IRÃ NÃO DESISTA”<sup>43</sup>. Nelas, brasileiros e turcos discordam da insistência americana por sanções e Amorim afirma que “tem muita gente decepcionada, porque (a política de diálogo) produziu resultados”.

O confronto seria corroborado em outras três reportagens posteriores ao furo da *Folha de S. Paulo* com a carta de Obama para Lula. No dia 29/05/2010, *O Globo* noticiou a matéria “EUA: SABIA QUE ACORDO SERIA REJEITADO”<sup>44</sup> que afirmou que altos funcionários americanos discordaram que a carta de Obama instrísse Lula sobre as negociação em Teerã. No dia seguinte, seria a vez do Itamaraty responder em “ITAMARATY: BRASIL NÃO SABIA QUE EUA REJEITARIAM ACORDO COM IRÃ”<sup>45</sup> que na percepção brasileira, a carta deixou claro que o esforço seria um passo para criar uma ambiente de confiança com o Irã. Por fim, na mesma edição, na entrevista “SANÇÕES NÃO MUDAM POSIÇÃO DE BRASIL E TURQUIA, DIZ PREMIÊ”<sup>46</sup>, Erdogan defende que há uma tentativa das grandes potências impedirem o acesso de emergentes às questões diplomáticas internacionais.

No jornal *O Estado de S. Paulo*, a primeira reportagem sobre geopolítica esteve na edição do dia 17/05/2010. Em “PARA OS EUA, SÓ UMA AÇÃO DA ONU OBTERÁ RESPOSTA SÉRIA DO IRÃ”<sup>47</sup> o jornal reafirma o desejo americano de aprovar sanções e que, segundo analistas, o entendimento com o Irã foi uma maneira de Lula “se posicionar contra o domínio americano e promover o papel do Brasil com o ator de peso na esfera internacional”. No dia 18/05/2010, assim como os outros dois jornais, o *Estadão* publicou as respostas das potências: “MUNDO RECEBE COM CETICISMO ACORDO MEDIADO POR BRASIL E TURQUIA COM O IRÃ”<sup>48</sup>.

---

<sup>42</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa> acessado em 18 de janeiro de 2012

<sup>43</sup> Disponível em <http://www.aarffsa.com.br/noticias/29051010.html> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>44</sup> Disponível em <http://bit.ly/10kj0cG> acessado em 18 de janeiro de 2012

<sup>45</sup> Disponível em <http://www.aarffsa.com.br/noticias/30051022.html> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>46</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/sancoes-nao-mudam-posicao-de-brasil-turquia-diz-primeiro-ministro-da-turquia-3001570> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>47</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-os-eua-so-uma-acao-da-onu-obtera-resposta-seria-do-ira,552723,0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>48</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mundo-recebe-com-ceticismo-acordo-mediado-por-brasil-e-turquia-com-ira,553170,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

As discordâncias entre Brasil e Estados Unidos começaram a ganhar destaque com “PACTO PÕE EM XEQUE SEIS MESES DE TRABALHO DE WASHINGTON”<sup>49</sup> em 18/05/2010. O foco da reportagem são as negociações por sanções no Conselho de Segurança, que poderiam ficar comprometidas com o sucesso turco-brasileiro. Na mesma edição, em “BRASIL ESTÁ DESPERDIÇANDO TODA A BOA VONTADE DOS EUA”<sup>50</sup>, o ex-secretário assistente de Estado dos EUA, Bernard Aronson, afirma que “se o acordo for usado por outros países para adiar sanções, isso vai prejudicar Brasil e a Turquia nos EUA”.

Essa visão fica fortalecida na mesma edição com a reportagem “ACORDO AUMENTA DIFERENÇAS DE TURQUIA E BRASIL COM OS EUA”<sup>51</sup>. A matéria diz que o Brasil quer se posicionar como líder global. Por outro lado, esse papel ativo colocaria em risco a possibilidade de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU pois põe a credibilidade brasileira em cheque com as potências ocidentais. Complementarmente, no dia 23/05/2010, a matéria “APÓS PACTO COM IRÃ, BRASIL REIVINDICA A CONDIÇÃO DE PORTA-VOZ DOS EMERGENTES”<sup>52</sup> mostra que na perspectiva brasileira, participar das negociações com o Irã é uma maneira de reafirmar o Brasil como “um ator global pleno, cuja influência pode determinar rumos em todo o mundo”.

Por outro lado, a entrevista “UMA MOLDURA PESADA DEMAIS”<sup>53</sup> com o diplomata Marcos Azambuja na mesma edição discorda dessa visão das lideranças diplomáticas do governo de Lula. Na sua opinião, “o Brasil vai ter seu assento, mas não por um excesso de ativismo aqui e acolá”. Ele ainda afirma que o Brasil se transformará em membro permanente não a partir de um resultado numa campanha, mas sim pelo resultado de uma realidade de país.

Por fim, o *Estadão* termina, assim como *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, dando destaque no dia 29/05/10 para a fala de Hillary que a questão iraniana causa sérias divergências entre Brasil e EUA. Além disso, publica no mesmo dia “PARA EUA,

---

<sup>49</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,pacto-poe-em-xeque-6-meses-de-trabalho-de-washington,553180,0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>50</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-brasil-esta-desperdicando-toda-a-boavontade-dos-eua,553182,0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>51</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,acordo-aumenta-diferencas-de-turquia-e-brasil-com-os-eua,553668,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>52</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,apos-pacto-com-ira-brasil-reivindica-condicao-de-porta-voz-dos-emergentes,555334,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>53</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,uma-moldura-pesada-demais,555454,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

PACTO DE TEERÃ É INACEITÁVEL”<sup>54</sup>. Os desdobramentos na mesma edição seriam a análise “LULA DESCONSIDERA AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA DIPLOMACIA”<sup>55</sup> da jornalista Denise Chrispim Marin defendendo que o “Brasil passou dos limites” e a reportagem “LULA E ERDOGAN VOLTAM A CRITICAR EUA E A DEFENDER ACORDO”<sup>56</sup> trazendo as aspas do premiê turco em que ele qualifica de “invejosos” os que rejeitam o pacto. No dia 30/05/10, o editorial “O CONTENCIOSO BRASIL-EUA”<sup>57</sup> argumenta que pela primeira vez em 35 anos, os dois países estão em aberto confronto. Visão que é corroborada na mesma edição pela reportagem “DESMENTIDO DOS EUA IRRITA ITAMARATY”<sup>58</sup>, em que o governo brasileira critica a atitude de funcionários americanos de colocar em dúvida o teor da carta enviada por Obama a Lula vazada pela *Folha de S. Paulo*.

#### **4.2 *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e a ideologia do lulismo***

As diferentes perspectivas da multi-ideologia de Lula estão presentes nos jornais. A interpretação mais presente é da ideologia proposta por Mészáros: aquela que defende a existência de uma hegemonia que transforma toda contestação em conceitos ideologicamente confusos. O problema é que enquanto o filósofo húngaro aborda essa ideologia numa perspectiva crítica, os jornais se transformaram, na verdade, em propagadores desse discurso hegemônico, que julga tentativas de contestação à ordem (a exemplo da Declaração de Teerã), como extremistas, antiquadas e fanáticas. Justamente como as questionáveis visões de Almeida (2010) e Azambuja (2010) que defendem que a diplomacia da era Lula foi capturada pela ideologia anacrônica do Partido dos Trabalhadores e trouxe poucos resultados práticos ao Brasil.

No *Estado de S. Paulo*, o editorial “O FEITO DE LULA EM TEERÃ”<sup>59</sup> de

---

<sup>54</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-eua-pacto-de-teera-e-inaceitavel,558495,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>55</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lula-desconsidera-as-consequencias-de-sua-diplomacia,557952,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>56</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,lula-e-erdogan-voltam-a-criticar-eua-e-a-defender-acordo,557951,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>57</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-contencioso-brasil-eua,558492,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>58</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,desmentido-dos-eua-irrita-itamaraty,558890,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-feito-de-lula-em-teera,553227,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

18/05/2010, afirma que “Lula chegou a se comportar como advogado de Ahmadinejad” e o Brasil esteve “sob a acusação de servir aos iranianos para ludibriar a comunidade internacional em nome de irrealistas ambições de liderança global”. No dia seguinte, seria vez do colunista João Mellão Neto afirmar em “SOMOS MESMO TERCEIRO MUNDO!”<sup>60</sup> que o papel brasileiro foi visto pelos especialistas como “tolo, ingênuo, além de macular a nossa autoimagem de país sério” e que o único resultado foi protagonizar um vexame. Essa visão de ingenuidade também foi exposta na coluna de Gilles Lapouge “POR QUE A MEDIAÇÃO BRASILEIRA IRRITOU TANTO A EUROPA”<sup>61</sup> do dia 22/05/2010, que traz, entre outros, o ponto de vista israelense sobre a participação brasileira. Segundo Lapouge, Israel pensa que o Brasil “pouco habituado aos ardis da diplomacia, caiu na armadilha iraniana”. Seguindo essa linha em entrevista “UMA MOLDURA PESADA DEMAIS”<sup>62</sup> ao *Estadão*, no dia 23/05/2010, o já citado embaixador Azambuja afirma que “se meter no Oriente Médio é muita areia para o nosso caminhãozinho” e que o Brasil está “procurando sarnar para nos coçar”. Por fim, a análise “LULA DESCONSIDERA AS CONSEQUÊNCIAS DE SUA DIPLOMACIA”<sup>63</sup> de Denise Chrispin Marin, do dia 28/05/2010, afirma que a postura brasileira no Irã ultrapassou os limites ao avançar com ambições de fazer história, com motivações eleitorais e desprezado das possíveis consequências no panorama internacional.

No *O Globo*, a edição do dia 24/05/2010 publica o editorial “SUICÍDIO DIPLOMÁTICO”<sup>64</sup> que defende que apenas “muita convicção ideológica” justifica o governo ir adiante numa empreitada com todas as condições para dar errado. No dia seguinte, o artigo “ERRO DE CÁLCULO”<sup>65</sup> do diplomata Rubens Barbosa corrobora essa visão ao dizer que o aprendizado da negociação com Teerã foi que para atingir o objetivo de conseguir um assento no Conselho de Segurança as atitudes do Brasil dependerão “sempre de avaliações objetivas, fundadas na clareza da definição de nossos interesses permanentes e não de prioridades partidárias dos governos da vez”,

---

<sup>60</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,somos-mesmo-terceiro-mundo!,554642,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>61</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,por-que-a-mediacao-brasileira-irritou-tanto-a-europa,555107,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>62</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,uma-moldura-pesada-demais,555454,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>63</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,lula-desconsidera-as-consequencias-de-sua-diplomacia,557952,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>64</sup> Disponível em <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2010/05/politica-externa-brasileira-elogio-do.html> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>65</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,erro-de-calculo,556316,0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

como foi o caso em Teerã. Além disso, Demétrio Magnoli, que também teve sua coluna “NOSSO HOMEM EM TEERÃ”<sup>66</sup> reproduzida no *Estadão*, afirma no dia 27/05/10 que o Brasil “sacrifica seus interesses nacionais no altar de imperativos partidários e ideológicos quando oferece álibis ao governo de Ahmadinejad”. Por fim, o jornal carioca em “TEERÃ DESAFIA RELAÇÃO ENTRE LULA E EUA”<sup>67</sup> de 27/05/2010, reproduz as aspas do cientista político João Paulo Peixoto de que o governo brasileiro é ingênuo e que por esvaziar a diplomacia de outros países, o Brasil terá que arcar com as consequências.

Na *Folha de S. Paulo*, o único texto a defender essa posição foi o artigo “ACORDO, A QUALQUER PREÇO, É ANACRÔNICO”<sup>68</sup> do cientista político Samuel Feldberg em 22/05/2010, em que ele afirma que a atuação brasileira “contribuiu em nada para o avanço nas negociações”.

Por outro lado, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo* souberam dar certo equilíbrio à cobertura ao publicar críticas a essa hegemonia que qualifica a postura de Lula com anti-pragmática e ingênuo. Os três jornais souberam captar os anseios ideológicos do lulismo na Declaração de Teerã: de quebrar a ordem vigente, sem ser revolucionário e transformar suas aspirações particulares em desejo universal. Dessa forma, os jornais conseguiram abordar as corretas visões de Singer e Konder sobre ideologia expostas no segundo capítulo.

No *Estado de S. Paulo*, a reportagem sobre esse tema está na edição do dia 17/05/2010. Em “PARA OS EUA, SÓ UMA AÇÃO DA ONU OBTERÁ RESPOSTA SÉRIA DO IRÃ”<sup>69</sup>, analistas alegam que o envolvimento brasileiro é uma maneira de posicionar o país contra o domínio americano e promove o país como ator de peso na esfera global”.

Já no contraponto de *O Globo*, há uma declaração de Lula em “MARATONA PARA EVITAR SANÇÕES”<sup>70</sup>, em 21/05/2010, de que o Brasil deu, com a Declaração de Teerã, “uma contribuição ao multilateralismo que deveria ser levada em conta”.

---

<sup>66</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.nosso-homem-em-teera.557404.0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>67</sup> Disponível em <http://www.alide.com.br/joomla/component/content/article/36-noticias/1363-teera-desafia-relacao-entre-lula-e-eua> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>68</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2205201009.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>69</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.para-os-eua-so-uma-acao-da-onu-obtera-resposta-seria-do-ira.552723.0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>70</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/05/21/ira-maratona-para-evitar-sancoes-293449.asp> acessado em 18 de novembro de 2012

Complementarmente, a análise de Clóvis Brigagão “NADA A TEMER COM O IRÃ”<sup>71</sup> em 22/05/2010 defende que o país tem o interesse legítimo de conquistar seu assento no Conselho de Segurança e que entender a Declaração de Teerã como falaciosa é desconhecer toda a história dos que hoje ocupam os assentos permanente do Conselho de Segurança, com seu poder nuclear e de veto sobre os destinos da Humanidade. Além disso, o especialista em relações internacionais, Antônio Jorge Ramalho, afirma em “TEERÃ DESAFIA RELAÇÃO ENTRE LULA E EUA”<sup>72</sup> do dia 27/05/2010 que “mesmo que a estratégia brasileira não dê certo, o Brasil já se posicionou positivamente no cenário internacional”. A última reportagem a respeito dessas questões ideológicas no jornal carioca foi a entrevista em 31/05/2010 do chanceler espanhol Miguel Ángel Moratinos. Em “O ESFORÇO DO BRASIL E TURQUIA É LOUVÁVEL”<sup>73</sup>, a autoridade espanhola afirma que “O Brasil não é uma nação emergente, é um grande. Mostrou que tem capacidade de influenciar decisões”.

Na *Folha de S. Paulo*, a reportagem “TEERÃ PROMETE SAÍDA DO LABIRINTO”<sup>74</sup>, do dia 18/05/2010, afirma que o Brasil se posicionou como força independente “fazendo a ponte entre a desconfiança do Ocidente e o mundo em desenvolvimento em geral”. Dois dias depois, o jornal publicou em “LULA DIZ TEMER QUE CASO IRÃ VOLTE À ESTACA ZERO”<sup>75</sup> que o Brasil “quer se tornar agora um grande agente político global”.

Em “MEGALOMANIA A CONVITE”<sup>76</sup>, em 22/05/2010, o colunista da *Folha de S. Paulo*, Clóvis Rossi, afirma até ser possível dizer que o Brasil teve uma postura megalomaniaca nas negociações com Teerã. No entanto, para Rossi, “ela é induzida pelos cachorros grandes do poder internacional, que parecem francamente incomodados quando um país ainda periférico estaciona o seu complexo de vira-lata”.

Além disso, cinco dias depois, o colunista afirma que o suposto esquerdismo da política externa de Lula não é válido. Afinal, é inimaginável que um país de esquerda pudesse ter parceria estratégica com os Estados Unidos e a União Europeia. Rossi ainda

---

<sup>71</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa> acessado em 18 de janeiro de 2012

<sup>72</sup> Disponível em <http://www.alide.com.br/joomla/component/content/article/36-noticias/1363-teera-desafia-relacao-entre-lula-e-eua> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>73</sup> Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/185085> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>74</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1805201006.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>75</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2005201001.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>76</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2205201005.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

afirma que se ele “fosse de esquerda radical, até diria que Lula foi pau-mandado de Barack Obama no acordo que teceu no Irã, junto com a Turquia”, uma vez que Lula seguiu as diretrizes solicitadas por Obama em carta enviada ao presidente brasileiro.

Essa ponderação de Clóvis Rossi abre espaço para outro aspecto da ideologia do lulismo e a mais uma crítica à cobertura dos jornais. Como já foi dito, ao mesmo tempo que contestou a hegemonia política, Lula não conseguiu se livrar da supremacia do capital nas suas relações políticas. Ou seja, seu governo jamais conseguiu superar a ideologia hegemônica do capital.

Quanto às reportagens, *Folha de S. Paulo* e, principalmente, *O Globo* apresentam artigos e reportagens que defendem os potenciais econômicos e financeiros do acordo com o Irã como uma das vitórias da Declaração de Teerã. Dessa forma, os jornais foram felizes ao demonstrar Lula como um representante do *status quo*. No entanto, patrocinaram valores, que numa perspectiva marxista, são condenáveis.

O colunista da *Folha de S. Paulo*, Kenneth Maxwell, lembra no dia 20/05/2010, em “O ACORDO COM O IRÃ”<sup>77</sup>, que o Brasil mantém superávit comercial bilionário com o Irã. Em artigo para *O Globo*, o deputado petista, Arlindo Chinaglia, afirma em “UM ACERTO PARA PAZ”<sup>78</sup> no dia 24/05/2010 que em paralelo ao acordo, o Brasil disponibilizou uma ilha de crédito de um bilhão de dólares para o Irã importar alimentos e que o comércio bilateral pode ir de dois bilhões de dólares para cerca de dez bilhões de dólares com o Irã. Além disso, *O Globo* trouxe a entrevista “COMÉRCIO ENTRE BRASIL E IRÃ PODE DOBRAR”<sup>79</sup> do dia 27/05/2010 com o diretor de Negócios da Apex-Brasil, Maurício Borges, em que o executivo afirma estar otimista com a possibilidade de novas parcerias econômicas devido a postura pacifista brasileira.

### **4.3 *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e o Orientalismo***

Após analisar o posicionamento do lulismo e as consequências no tabuleiro da política internacional, outra importante análise da Declaração de Teerã é observar como o Irã foi abordado na cobertura. A primeira manchete de *O Globo* no dia 17/05/2010 a tratar o tema já explicita a principal interpretação adotada: “ATO EM

---

<sup>77</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2005201006.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>78</sup> Disponível em <http://pt.jusbrasil.com.br/politica/4868385/arlindo-chinaglia-um-acerto-para-a-paz> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>79</sup> Disponível em [http://ibraf.org.br/news/news\\_item.asp?NewsID=7258](http://ibraf.org.br/news/news_item.asp?NewsID=7258) acessado em 17 de novembro de 2012

IPANEMA LEMBRA HOLOCAUSTO”<sup>80</sup>. De acordo com a reportagem, cerca de 50 representantes de entidades judaicas, da comunidade religiosa Bahá’í e do movimento gay se reuniram no dia anterior na praia de Ipanema para protestar contra o desrespeito dos direitos humanos no Irã e questionavam a ida do presidente Lula à Teerã. Essa seria a primeira reportagem a demonstrar as narrativas dominantes dos jornais referentes ao Irã: um país que patrocina graves ataques à democracia e aos direitos humanos.

Como foi exposto no terceiro capítulo, o pedido pelo maior respeito aos direitos humanos é uma importante demanda da sociedade iraniana. No entanto, relacioná-la à questão nuclear é uma falácia. Na complexidade da política interna iraniana, o direito do país persa de enriquecer urânio ultrapassa as barreiras das crises humanitárias e desavenças que norteiam o conjunto de forças políticas no Irã. A questão nuclear transformou-se em orgulho nacional. Justamente por seguir essa linha interpretativa de focalizar os problemas de direitos humanos no contexto que a pauta principal é a questão nuclear, os jornais brasileiros contribuíram de forma significativa para o reforço do *Orientalismo* e as consequentes má interpretações sobre o país persa. Os jornais viram suas páginas propagarem a já citada “diferença entre o familiar (a Europa, o Ocidente, nós) e o estranho (o Oriente, o Leste, “eles”)” (SAID, 2007: 78).

O único correspondente brasileiro em Teerã, Samy Adghirni<sup>81</sup> da Folha de São Paulo, concorda que a cobertura jornalística ocidental está carregada no geral de estereótipos e desperta muitas irracionalidades típicas do *Orientalismo*. Adghirni também afirma que na questão específica do programa nuclear, os jornalistas e a opinião pública têm dificuldade de enxergar os fatos com clareza e entender que o tema não é apenas político, mas também técnico. Ele lembra, como foi apresentado no capítulo três, que a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) até hoje não comprovou a existência de um viés militar no programa nuclear iraniano.

Além de “ATO EM IPANEMA LEMBRA HOLOCAUSTO”, *O Globo* publicou outras três reportagens no período analisado que fazem referências às questões de direitos humanos e políticos do Irã. A entrevista “O REGIME ESTÁ USANDO

---

<sup>80</sup> Disponível em <http://www.aarffsa.com.br/noticias/17051006.html> acessado 13 de novembro de 2012

<sup>81</sup> Entrevista concedida pelo repórter da Folha de S. Paulo em 06/12/2012, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

LULA, DIZ PORTA-VOZ DO CONSELHO NACIONAL DE RESISTÊNCIA DO IRÃ”<sup>82</sup> com Javad Dabiran, relembra no dia 17/05/2010 as recentes execuções de quatro homens e uma mulher na semana anterior à entrevista. No dia 23/05/2010 seria a vez do candidato a presidência José Serra afirmar que o Irã é “um país que, quando você vai protestar contra o governo, é condenado a força”, na reportagem “IRÃ PROMETE CUMPRIR ACORDO TURCO-BRASILEIRO”<sup>83</sup>. Além disso, o jornal reproduziu no dia 27/05/2010, junto com *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, o texto “AO DAR LEGITIMIDADE A AHMADINEJAD, LULA ENVERGONHA O BRASIL”<sup>84</sup> do colunista do *New York Times*, Thomas L. Friedman, em que o jornalista americano diz não haver nada pior que ver dois democratas como Lula e Erdogan se encontrando com Ahmadinejad, um “criminoso iraniano, que negou o Holocausto e fraudou eleições”. Além disso, Friedman afirma no mesmo artigo que “os clérigos iranianos praticam com sucesso um grande jogo de enganação ao fazer da questão nuclear quase o único ponto focal de suas relações com os EUA e o Ocidente” e que “todo aquele que capacitar o regime tirânico e dar cobertura a perversidade nuclear um dia terá de responder ao povo iraniano”.

Na *Folha de S. Paulo*, o primeiro texto que fala sobre Irã é o “FANTASIAS E REALIDADES”<sup>85</sup> do colunista João Pereira Coutinho em 18/05/2010. O articulista do caderno *Ilustrada* afirma que “acreditar nas palavras do regime iraniano pressupõe uma ingenuidade que está interdita a quem se interessa por política externa” e que o país vai “armar seus grupos terroristas”. No final do seu texto, ele ainda diz que “confiar na racionalidade do regime é esquecer a retórica genocida e os atos criminosos destas últimas três décadas”. No dia 19/05/2010, foi lembrado em “CINEASTA IRANIANO PRESO ENTRA EM GREVE DE FOME”<sup>86</sup> o caso de greve de fome do cineasta Jafar Panahi que apoiou o candidato da oposição Hossein Mousavi nas eleições de 2009. O motivo era sua demanda por acesso a seu advogado, a visita de familiares e o direito de permanecer em liberdade até que uma audiência fosse

---

<sup>82</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/o-regime-esta-usando-lula-diz-porta-voz-do-conselho-nacional-de-resistencia-do-ira-3007488> acessado 17 de novembro de 2013

<sup>83</sup> Disponível em <http://oleocliping2.blogspot.com.br/2010/05/o-globo-23052010-ira-promete-cumprir.html> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>84</sup> Disponível em <http://arquivoetc.blogspot.com.br/2010/05/feio-quanto-parece-thomas-l-friedman.html> acessado em 13 de novembro de 2012

<sup>85</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1805201019.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>86</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905201005.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

marcada. Já a colunista Eliane Cantanhêde afirma em “IMPASSE”<sup>87</sup>, no dia 21/05/2010, que a sensação global é que “o regime da dupla Khamenei-Ahmadinejad vai acabar fabricando a bomba atômica. E seja o que Deus quiser”. No mesmo dia, o jornal paulista reproduziu artigo “O TROPEÇO DO BRASIL NO IRÃ”<sup>88</sup> de Andres Oppenheimer para o *Miami Herald* em que afirma que Lula tem um “histórico lamentável de sempre partir para o resgate de alguns dos ditadores mais implacáveis do mundo”<sup>89</sup>. No dia 23/05/2010, o jornal publica “REPRESSÃO CALA OPOSICIONISTA EM TEERÃ”<sup>90</sup>, em que o conteúdo da reportagem aborda como as forças responsáveis pela revolta pró-democracia, chamada de “Movimento Verde”, eram reprimidas e censuradas pelo governo central.

O último dos três jornais analisados, *O Estado de S. Paulo*, estampa no dia 20/05/2010 sua primeira manchete exclusiva sobre o Irã: “PARA ANALISTAS, IRÃ NUCLEAR PREJUDICA SEGURANÇA REGIONAL”<sup>91</sup>. A nota trouxe as aspas do professor da Universidade de Pequim, Wang Yong, que o “Irã com armas nucleares seria uma ameaça aos países do Golfo, desestabilizando a região”<sup>92</sup>. Três dias depois, o jornal trouxe na reportagem “A BASTILHA PERSA”<sup>93</sup> um perfil da mais notória prisão política do Irã: o presídio de Evin. Na matéria, há relatos de tortura, restrição a organizações humanitárias, além de massacres promovidos pelo Regime dos Aiatolás. No dia 28/05/2010, foi a vez do *Estadão* reproduzir as falas da Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton. Ela afirma na matéria “HILLARY VÊ ‘PROBLEMAS COM BRASIL E DIZ QUE PACTO COM IRÃ DEIXA MUNDO PERIGOSO”<sup>94</sup> que o acordo nuclear dá mais tempo ao Irã produzir a bomba. A última reportagem do período analisado foi “DRAMA DE MOHAMAD: SER Opositor E HOMOSSEXUAL NO IRÃ”<sup>95</sup>, que retrata em 30/05/2010 as dificuldades de um homossexual e opositor ao regime dos aiatolás que buscou refúgio no Brasil. Na reportagem há um *box* em que o jornal lembra as

<sup>87</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2105201004.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>88</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2105201003.htm> acesso em 15 de novembro de 2012

<sup>89</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2105201003.htm> acessado 13 de novembro de 2012

<sup>90</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2305201001.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>91</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-analistas-ira-nuclear-prejudica-seguranca-regional,554178,0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>92</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,para-analistas-ira-nuclear-prejudica-seguranca-regional,554178,0.htm> acessado em 13 de novembro de 2012

<sup>93</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,a-bastilha-persa,555455,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>94</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,hillary-ve-problemas-com-brasil-e-diz-que-pacto-com-ira-deixa-mundo-perigoso,557944,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>95</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,drama-de-mohamad-ser-opositor-e-homossexual-no-ira,558874,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

palavras do presidente Ahmadinejad que “não existem gays no Irã”.

Apesar do predomínio desse orientalismo explícito e da demonização do Irã, é importante ressaltar que três reportagens na *Folha de S. Paulo* e uma do *Estado de S. Paulo* no período analisado desmistificaram o *Orientalismo* iraniano. No dia 20/05/2010, a matéria “IRÃ NÃO PODE SE ISOLAR, DIZ KIAROSTAMI”<sup>96</sup> trouxe o cineasta iraniano afirmando que para ocidentais a situação parece ser mais dura do que realmente é. Ele ainda declarou apoio ao acordo nuclear pois “o Irã também não pode ficar totalmente isolado”.

Outra reportagem que seguiu essa linha de aproximação e menos de conflito de valores foi “NO BASQUETE, IRÃ ACEITA PRESENÇA AMERICANA”<sup>97</sup>. O texto do dia 23/05/2010 mostra que há 18 americanos que ignoram as divergências políticas entre Irã e EUA e participam de times da liga nacional iraniana do esporte. Por fim, a *Folha* traz em “LÍDER IRANIANO AMEAÇA RECUAR DE ACORDO”<sup>98</sup> no dia 24/05/2010 as ameaças do chefe do parlamento, Ali Larijani, de que caso novas sanções fossem aprovadas, o Irã iria desistir do acordo. Essa reportagem trouxe à tona a existência de outras forças políticas que não a do presidente e do Líder Supremo. É importante ressaltar, no entanto, a ausência de uma informação significativa: Ali Larijani é uma das principais figuras de oposição a Ahmadinejad. Caso isso tivesse sido veiculado, as questões sobre o jogo de forças estariam ainda mais compreensíveis para o leitor.

O *Estadão* também aborda o tema de diversidade política no Irã ao afirmar em “APÓS PACTO COM IRÃ, BRASIL REIVINDICA CONDIÇÃO DE PORTA-VOZ DOS EMERGENTES”<sup>99</sup> do dia 23/05/2010 que os brasileiros sentiram dificuldades na negociação porque “além dos militares, o presidente Mahmoud Ahmadinejad, e o Parlamento têm voz sobre a questão e não há uma organização hierárquica clara, como nas burocracias ocidentais”.

#### **4.4 *Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo* e a política interna**

Parsi (2012: 222) explica que parte da rejeição americana ao acordo nuclear e ao sucesso inédito turco-brasileiro em negociar com o Irã devem-se ao fato que os EUA e Irã já se tornaram inimigos institucionalizados. E, como foi descrito no

---

<sup>96</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2005201011.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>97</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/739392-no-basquete-ira-aceita-presenca-americana.shtml> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>98</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2405201005.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>99</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,apos-pacto-com-ira-brasil-reivindica-condicao-de-porta-voz-dos-emergentes,555334.0.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

terceiro capítulo, essa inimizade tem forte respaldo nas forças da política interna tanto em Washington como em Teerã.

Apesar de isso ter sido divulgado de forma mais tímida do que outros assuntos envolvendo a Declaração de Teerã, os jornais também abordaram questões internas. Como foi apontado por Parsi, esse tema explica grande parte do posicionamento dos Estados Unidos e do Irã no acordo final entre brasileiros, turcos e iranianos.

Na *Folha de S. Paulo*, a análise “EUA PREFEREM STATUS QUO A OUSAR EM NEGOCIAÇÕES”<sup>100</sup>, a jornalista Claudia Antunes lembra no dia 19/05/2010 que a retórica do Grande Satã é parte da “sobrevivência do regime islâmico” no Irã. O editor do *Herald Tribune*, Roger Cohen, recorda em “É PRECISO APRENDER A ERGUER PONTES SOBRE O ABISMO”<sup>101</sup> na *Folha* do dia 24/05/2010 essa inimizade sob a perspectiva americana. Ele lembra que Obama, apesar de desejar uma reaproximação diplomática com o Irã, não consegue vencer o *lobby* de setores do Congresso que prometem sanções “esmagadoras, paralisantes contra Teerã”. Além disso, a análise “VISÃO DE SECRETÁRIA PREVALECE SOBRE A DE OBAMA”<sup>102</sup> de Ricardo Balthazar no dia 28/05/2010 defende que “Obama e Hillary estão sob intensa pressão em casa. Haverá eleições para o Congresso em novembro e os democratas não querem ser vistos pelos eleitores como fracotes”.

*O Globo* também trouxe essa questão em duas reportagens. Na primeira, “MARATONA PARA EVITAR SANÇÕES”<sup>103</sup> do dia 18/05/2010, o jornal afirma que “uma das conclusões que se chegou é que o presidente democrata Barack Obama, pressionado pela opinião pública, teme perder votos para os republicanos”. Na segunda, “COMPORTAMENTO DOS EUA É ALVO DE CRÍTICA”<sup>104</sup>, do dia 24/05/2010, o professor de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Williams Gonçalves, defende que Obama “teve que ceder às pressões da elite política e intelectual dos EUA”.

Além disso, deve-se ressaltar que *O Globo* foi o único veículo a trazer um

---

<sup>100</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905201004.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>101</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny2405201003.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>102</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2805201003.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>103</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/05/21/ira-maratona-para-evitar-sancoes-293449.asp> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>104</sup> Disponível em <http://blogdofavre.ig.com.br/2010/05/comportamento-dos-eua-e-alvo-de-criticas-sobre-ira/> acessado em 17 de novembro de 2012

artigo exclusivo sobre as significativas concessões que Obama foi obrigado a fazer à Rússia para aprovar as sanções. Como aponta Parsi, aceitar a Declaração de Teerã significaria uma derrota diplomática para Obama. Afinal, os EUA iriam agradar os russos sem receber algo em troca. Em artigo “OBAMA PAGOU DE MAIS PELO TAPETE DO KREMLIN”<sup>105</sup> de Robert Kagan, no dia 31/05/2010, o analista lembra:

Levou meses de duras negociações, mas finalmente o governo Obama conseguiu que a Rússia concordasse com uma resolução apertando as sanções contra o Irã. Os Estados Unidos tiveram de abrir mão de medidas mais duras que gostariam de impor, é claro, para obter a aprovação [...] (O GLOBO, 31/05/2010).

Por fim, o *Estadão* dedicou três matérias sobre o tema no período analisado. No dia 21/05/2010, a análise “PROPOSTA NÃO ALIVIA PRESSÃO POR SANÇÕES MAIS RIGOROSAS”<sup>106</sup> cita o fato de os EUA terem feito “várias concessões à China e à Rússia, países que têm grande intercâmbio comercial com o Irã” e que os EUA continuaram pressionados pelos setores linha-dura do Congresso, representados pelos republicanos conservadores e pelo *lobby* judaico para aprovar sanções rigorosas.

Além disso, na edição do dia 25/05/2010, o ex-vice-presidente do Conselho Nacional de Inteligência da CIA, Graham E. Fuller analisa em “O ACORDO COM O IRÃ E O DESAFIO À TUTELA DE WASHINGTON”<sup>107</sup> que Brasil e Turquia desafiaram a autoridade de Washington ao seguir uma iniciativa própria para persuadir o Irã a aceitar o acordo. O sucesso da empreitada, argumenta Fuller, é justamente que o Irã aceitou o pedido de negociação vindo de dois Estados considerados seus pares sem histórico de imperialismo no Irã, cujo objetivo era frustrar o domínio americano sobre a ordem internacional. Por fim, no editorial “AS DUAS FACES DE OBAMA”<sup>108</sup>, o jornal ainda lembraria no dia 28/05/2010 que por se tratar de época de eleição era improvável que Obama deixasse de infligir novas sanções como forma de agradar a opinião pública americana.

#### **4.5 Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo e o programa nuclear iraniano**

---

<sup>105</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa> acessado em 18 de janeiro de 2012

<sup>106</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,proposta-nao-alivia-pressao-por-sancoes-mais-rigorosas,554591,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>107</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,o-acordo-com-o-ira-e-o-desafio-a-tutela-de-washington,556280,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>108</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,as-duas-faces-de-obama,195408,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

Em relação às informações exclusivas sobre o programa nuclear iraniano, boa parte da cobertura dos jornais se centrou nos termos acordados na Declaração de Teerã. Essas informações são que o Irã enviaria no prazo de um mês ao Irã 1,2 mil quilos de urânio levemente enriquecido e receberia, num prazo de um ano, 120 quilos de combustível nuclear. Além disso, os jornais foram corretos ao afirmar que a proposta turco-brasileira era muito semelhante à proposta apresentada pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em outubro de 2009. A principal diferença, bem apontada pelos três jornais, foi que em vez do urânio levemente enriquecido ser enviado para Rússia ou França, o urânio seria enviado à Turquia.

Os jornais também captaram corretamente o posicionamento iraniano que seu programa é para fins civis e veicularam ao mesmo tempo o ceticismo pelos outros países com o novo acordo. Dois motivos foram apontados para abrir espaço à dúvida. O primeiro é que na época em que o primeiro acordo foi proposto em outubro de 2009, os 1,2 mil quilos correspondiam a dois terços do estoque total. No momento em que a Declaração foi assinada, em maio de 2010, o estoque correspondia a cerca de metade do suprimento de urânio do Irã. Além disso, os jornais foram corretos ao informar que como o acordo não previa que o Irã teria que interromper o enriquecimento em território nacional, alguns países chiaram. Para as velhas potências insatisfeitas, como os EUA e países da União Europeia, essa suspensão era uma premissa básica até que a confiança entre Irã e Ocidente fosse restabelecida.

No entanto, deve-se apontar exageros na cobertura. Como foi dito no segundo capítulo, ainda há dúvidas sobre as possíveis implicações militares do programa nuclear iraniano. Na cobertura analisada, o que se vê é um desequilíbrio. Muitas reportagens, editoriais e análises não souberam ponderar os fatos e afirmaram com convicção ou insinuaram que o Irã estaria desenvolvendo armas nucleares. Pouco se falou sobre possibilidades de fraudes e o teor realmente pacífico do programa.

O *Estadão*, por exemplo, na reportagem “APESAR DE ACERTO, PROJETO ATÔMICO CONTINUA”<sup>109</sup> do dia 18/05/2010 diz que o Irã segue enriquecendo urânio em segredo e que a Declaração de Teerã limita-se às atividades do reator de pesquisa de Teerã. Em outra matéria, “SIGNATÁRIO DO TNP, IRÃ USA ARTIFÍCIOS PARA BURLAR

---

<sup>109</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,apesar-de-acerto-projeto-atomico-continua,553181.0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

TRATADO”<sup>110</sup> do dia 19/05/2010 o jornal afirma que o Irã teria direito de desenvolver armas atômicas se não tivesse optado pela adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear. No dia 23/05/2010, uma análise de Robert Burns em “SANÇÕES DA ONU PROVAVELMENTE NÃO DETERÃO OS IRANIANOS”<sup>111</sup> defende que se a última rodada de sanções do Conselho de Segurança não funcionar, as escolhas poderão se estreitar em ir à guerra ou aprender a conviver com um Irã nuclear. No já citado artigo de Friedman, “MAIS FEIO IMPOSSÍVEL”<sup>112</sup>, o jornalista americano declara que especialistas asseguram que o Irã precisaria na época de apenas alguns meses para obter quantidade suficiente para obter uma arma nuclear.

No *O Globo*, a edição do dia 21/05/2010 traz o artigo “O JOGO DIPLOMÁTICO DAS NEGOCIAÇÕES COM O IRÃ”<sup>113</sup> do jornalista americano David Ignatius em que ele afirma que “é provável que esta negociação termine quando o Irã anunciar... surpresa: tem todos os elementos para uma arma nuclear e é, de fato, uma força nuclear”. No dia 22/05/2010, em “OBAMA INCENTIVOU LULA A FAZER ACORDO COM IRÃ”<sup>114</sup>, o jornal reproduziu aspas de Obama que diz respeito “à possibilidade de o Irã acumular, no prazo de um ano, o estoque físsil necessário para fabricar duas ou três bombas atômicas”<sup>115</sup>. No dia 24/05/2010, o editorial do jornal “SUICÍDIO DIPLOMÁTICO”<sup>116</sup> defendeu que o resultado prático na Declaração de Teerã para o Brasil é ser o país a ajudar o Irã na busca pela bomba nuclear.

Na *Folha de S. Paulo*, o já citado colunista João Pereira Coutinho afirma em “FANTASIAS E REALIDADES”<sup>117</sup> em 18/05/2010 que “a obtenção de armamento nuclear não é um capricho de Teerã. É um imperativo estratégico que tem sido constante em vários governos”. Na mesma edição, a análise “SÓ PACTO NÃO IMPEDE IRÃ DE OBTER A BOMBA”<sup>118</sup> de Ricardo Bonalume Neto diz que o acordo não impede o Irã de obter

---

<sup>110</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,signatario-do-tnp-ira-usa-artificios-para-burlar-tratado,553671,0.htm> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>111</sup> Disponível em <http://bit.ly/TeGTwO> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>112</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,mais-feio-impossivel,557392,0.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>113</sup> Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=637803> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>114</sup> Disponível em <http://www.itaboraiweblest.com.br/index.php/mural-do-gap/mundo/item/2284-obama-incentivou-lula-a-fazer-acordo-com-irã> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>115</sup> Disponível em <http://www.itaboraiweblest.com.br/index.php/mural-do-gap/mundo/item/2284-obama-incentivou-lula-a-fazer-acordo-com-irã> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>116</sup> Disponível em <http://diplomattizzando.blogspot.com.br/2010/05/politica-externa-brasileira-elogio-do.html> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>117</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1805201019.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>118</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1805201010.htm> acessado em 15 de outubro de 2012

uma arma nuclear, se for desejo do governo. O jornalista afirma que o país continua a investir no aumento da capacidade de enriquecer urânio através de ultracentrífugas cujo o aumento do grau do urânio radiativo de 20% para 90% (necessário para adquirir a bomba) seria apenas uma questão de escala. Na análise, encontram-se aspas do pesquisador Bruno Tertrais, que afirma estar “muito pessimista em relação ao Irã”.

Em seu editorial “O ACORDO”<sup>119</sup> do dia 19/05/2010, o jornal elogia o sucesso dos resultados das negociações com o Irã. No entanto, a publicação afirma que a Declaração de Teerã não impede o país persa de desenvolver um programa nuclear clandestino de enriquecimento de urânio. A *Folha* conclui dizendo que “tudo se passa como se as potências e o governo do Irã soubessem que a construção da bomba é uma questão de tempo. Difícil é precisar quando isso acontecerá – e se, antes, o mundo não assistirá a novos conflitos militares no Oriente Médio”.

Além disso, a colunista Eliane Cantanhêde fez em “IMPASSE”<sup>120</sup> do dia 21/05/2010 a pergunta se “pelo acordo, o Irã decidiu parar de enriquecer o resto do seu urânio e de se habilitar a ter a bomba?” A sua resposta, no mesmo artigo, é: “improvável”. Já a análise “ACORDO, A QUALQUER PREÇO, É ANACRÔNICO”<sup>121</sup> do cientista político Samuel Feldberg afirma em 22/05/2010 que Lula e o Itamaraty preferem acreditar que o programa nuclear iraniano tem fins pacíficos, apesar das repetidas violações de acordos anteriores e do desenvolvimento de instalações secretas, como aquelas que foram identificadas em Qom. Ele completa afirmando que o governo brasileiro ignora as declarações do presidente Ahmadinejad pela destruição de Israel ao mesmo tempo que permite o Irã desenvolver mísseis de longo alcance e armas nucleares.

Como contraponto a essa visão estritamente militar e sem transparência sobre o programa nuclear iraniano, algumas poucas reportagens mostram uma perspectiva diferente e menos céticas sobre se o Irã cumpre sua palavra. Entre elas, *O Globo* trouxe no dia 23/05/2010 a manchete “IRÃ PROMETE CUMPRIR ACORDO TURCO-BRASILEIRO”<sup>122</sup>. A reportagem dá voz ao governo iraniano de que autoridades vão cumprir o que prometeram e não irão desenvolver armas nucleares. No dia 28/05/2010, *O Globo* também publicou a entrevista “MUNDO ÁRABE PRECISA DE UM

---

<sup>119</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1905201001.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>120</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2105201004.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>121</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2205201009.htm> acessado em 17 de novembro de 2012

<sup>122</sup> Disponível em <http://oleocliping2.blogspot.com.br/2010/05/o-globo-23052010-ira-promete-cumprir.html> acessado em 17 de novembro de 2012

PROGRAMA NUCLEAR, DIZ AMR MOUSSA, SECRETÁRIO-GERAL DA LIGA ÁRABE”<sup>123</sup> em que ele defende a nuclearização do Oriente Médio para fins pacíficos. Além disso, no dia 29/05/2010, o jornal carioca trouxe a entrevista “Sanções não mudam posição de Brasil e Turquia, diz primeiro-ministro da Turquia” com Recep Tayyip Erdogan. Ele lembrou que ninguém pode provar que o programa nuclear iraniano não é pacífico e que “não podemos temer uma coisa que não existe”.

A *Folha de S. Paulo* publicou no dia 19/05/2010 a análise “EUA PREFEREM STATUS QUO A OUSAR EM NEGOCIAÇÕES”<sup>124</sup> de Claudia Antunes. Ela expõe a hipótese possível de que o Irã manobra para obter a bomba, mas que ainda não foi plenamente provada. Outras reportagens da *Folha* foram “BRASIL E TURQUIA APROVAM COMUNICADO DO IRÃ À AIEA”<sup>125</sup>, “IRÃ APRESENTA PLANO NUCLEAR À ONU E COBRA AVAL DAS POTÊNCIAS”<sup>126</sup> e “PARA AMORIM, EUA SE PRECIPITAM AO INSISTIR EM SANÇÕES APÓS TRATO”<sup>127</sup>. A primeira afirma que o Irã seguiu as obrigações dos termos da Declaração de Teerã e, assim, “desfaz a ameaça de não cumprir o acordo”. A segunda defende que ao apresentar formalmente à AIEA a proposta da Declaração, o Irã “atende a pedido das potências para que o seu urânio não seja enriquecido dentro do próprio território”. A terceira traz aspas do Ministro Celso Amorim em que ele afirma não ter “razão para acreditar que tenha motivos militares o programa iraniano.” Além disso, a *Folha* ainda trouxe no dia 31/05/2010 a entrevista “PARA ESPECIALISTA, ORIENTE MÉDIO SEM BOMBA É ILUSÃO”<sup>128</sup> com o especialista israelense Avner Cohen. Em uma de suas respostas, Cohen argumenta que “o Irã não produzirá a bomba, caso não seja atacado. Na sua opinião, o Irã quer apenas se posicionar muito perto da bomba, mas não produzi-la. Afinal, se fizesse isso e utilizasse a bomba, o país seria destruído”.

---

<sup>123</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/mundo-arabe-precisa-de-um-programa-nuclear-diz-amr-moussa-secretario-geral-da-liga-arabe-3001932> acessado em 18 de novembro de 2012

<sup>124</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905201004.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>125</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2305201002.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>126</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2505201009.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>127</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1905201003.htm> acessado em 15 de novembro de 2012

<sup>128</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3105201005.htm> acessado em 15 de novembro de 2012.

## 5. Conclusão

O principal acerto na cobertura veio da capacidade dos três jornais demonstrarem como a Declaração de Teerã é um exemplo do mundo em transformação. E, nesse contexto, como o Brasil buscou apresentar um papel alternativo às potências político-econômicas atuais. Enquanto escreviam sobre isso, *Folha*, *Estado* e *O Globo* também foram felizes em apurar as divergências entre os governos brasileiro e americano, o objetivo do Itamaraty no Conselho de Segurança da ONU e o surgimento de novas parcerias com países em desenvolvimento, na chamada cooperação Sul-Sul. É importante ressaltar que houve equilíbrio entre os diferentes pontos de vista sobre o tema e o posicionamento dos países nesse novo tabuleiro político.

O outro lado da moeda na relação de Lula e os jornais na Declaração de Teerã está na abordagem sobre ideologia. Ao dar grande ênfase à afirmação da postura de Lula ter sido ideológica, os jornais se transformaram em defensores de uma ideologia hegemônica. Seja dando certa ênfase aos ganhos financeiros da empreitada, com destaque para *O Globo*, ou seja, principalmente, criticando a participação de Lula na Declaração de Teerã. Uma boa explicação para esse panorama vem da percepção de Singer apresentada no segundo capítulo de que Lula terminou com a antiga dicotomia ideológica entre esquerda e direita e substituiu-a por um Estado popular versus uma elite antipovo. Por serem jornais da elite brasileira, pode-se considerar natural que *Folha*, *Estado* e *O Globo* reproduzam essa oposição entre Lula e a classe média alta.

Deve-se ressaltar, por outro lado, que essa visão não foi absoluta e há exemplos de reportagens e artigos que apresentam visões alternativas. Com destaque para a *Folha de S. Paulo*. Além disso, os três jornais foram felizes ao apresentar o caráter ideológico do lulismo, apontado por Singer, de ser reformista, sem ser revolucionário.

No entanto, o grande erro dos jornais está na cobertura sobre Irã. A apresentação caricaturizada reproduz, à exceção de algumas poucas reportagens nos três veículos, os preconceitos sobre o sistema político e a sociedade iraniana. O resultado foi uma contribuição jornalística para o *Orientalismo*. Falhas também podem ser vistas na cobertura sobre os fatores internos de Irã e Estados Unidos. Os três jornais não captaram a real importância apontada por Parsi sobre esse tema no

contexto da Declaração de Teerã. Ou seja, o espaço oferecido para esse assunto foi desproporcional comparado a sua importância. Para piorar, quando abordadas, a supremacia de textos sobre os EUA é gritante. Apenas um texto da *Folha de S. Paulo* cita questões internas iranianas.

Além disso, devido a grande quantidade de reportagens sobre a proximidade do Irã desenvolver armas nucleares, os jornais ajudaram a construir um alarme desnecessário sobre a possibilidade de Teerã adquirir uma bomba atômica. Como demonstramos nesse trabalho, parte da literatura especializada acredita que um Irã nuclear poderá trazer modificações políticas, mas que essas transformações dificilmente afetarão a paz mundial ou implicarão no uso de bombas por parte do Irã.

Tendo em vista que a abordagem sobre Irã foi o principal erro da cobertura, essa pesquisa abre a possibilidade para novas linhas de complementação teórica que tratem das dificuldades de se entender o Oriente no Ocidente. Não apenas sobre Irã, mas para toda a região do Oriente Médio. Como no caso do programa nuclear iraniano, outras questões da região provavelmente seguem desconhecidas ou mal interpretadas pelo público ocidental. Entender os erros da imprensa, para depois propor soluções para cobertura é um trabalho que deve ser levado para a academia e surge como uma possível continuação para essa monografia.

Afinal, em época de renovação da geopolítica do Oriente Médio iniciada na Primavera Árabe e de crescimento demográfico significativo da religião muçulmana, o Ocidente terá que aprender gradativamente a conviver com o Oriente. E ao jornalismo caberá exercer seu papel social para tornar esse processo de aproximação o mais pacífico e completo possível.

Mesmo que seu objetivo principal seja de um mediador de informações e que deve-se evitar uma influência ativa sobre um fato ou acontecimento, o jornalismo pode interferir positivamente nas relações sociais entre Oriente e Ocidente sem perder sua essência contemplativa. Isso pode ser feito através de reportagens que tragam narrativas menos agressivas sobre o Oriente e que abordem com mais profundidade culturas que são vistas como antagônicas, mas que na verdade preservam muitos valores comuns e podem conviver pacificamente.

Essa mudança é necessária pois grande parte da sociedade, impossibilitada ou desinteressada em viajar para os locais e contextos noticiados, enxerga o mundo através de jornais, revistas e noticiários. Não seria exagero afirmar que para uma grande maioria um país é representado naquilo que está escrito em reportagens ou é

visto no noticiário. Portanto, se o jornalismo internacional continuar a apresentar o Irã e o resto do Oriente Médio da forma equivocada como exposto nessa monografia, provavelmente as perspectivas para uma integração saudável serão limitadas.

Por outro lado, o caminho para reverter esse processo já foi indicado de forma tímida pelos jornais analisados nesse trabalho. Reportagens como as da *Folha de S. Paulo* sobre os atletas americanos que jogam na liga nacional de basquete iraniana, além da matéria do *Estadão* abordando fatores da política interna iraniana poderão mostrar o lado de uma nação pouco representada, mas tão verdadeira quanto a realidade dos abusos de direitos humanos extensamente noticiados. Além disso, deve ser citado o caso da *Folha* que mantém um correspondente fixo em Teerã desde dezembro de 2011. Fora a produção de conteúdo para o impresso, Samy Adghirni mantém o blog *Um brasileiro no Irã*<sup>129</sup> que, segundo o próprio, tem o objetivo de humanizar o Irã. Isso significa trazer textos mais leves que consigam romper os estereótipos ocidentais e mostrar histórias da sociedade iraniana que não têm espaço no jornal impresso. Para Adghirni<sup>130</sup>, essa plataforma do blog é interessante por permitir ao jornalista uma liberdade nas pautas que no jornal diário ficam de fora devido as obrigações da versão impressa de noticiar, contextualizar, analisar e trazer informações exclusivas num espaço limitado. Dessa forma, se a versão no papel impossibilita ao jornalista lidar com toda a complexidade de um país como o Irã, uma das possíveis soluções para contemplar perspectivas alternativas e mais humanísticas na cobertura é aproveitar as novas ferramentas digitais.

Mas, para que isso dê certo, a experiência da *Folha* demonstra o óbvio do jornalismo: nada melhor do que ter alguém no próprio país para poder imergir nesse complexo contexto. Como, no entanto, é improvável que além da *Folha de S. Paulo*, outros jornais brasileiros enviem correspondentes para Teerã, os veículos precisam encontrar outras formas para reproduzir as vozes internas. Uma das possibilidades apontadas é apelar para o blog que, se não for feito por um jornalista brasileiro baseado na capital iraniana, pode contar com participações colaborativas. Entre elas, uma das possíveis é a contribuição dos próprios iranianos.

Nesse ponto dois aspectos devem ser lembrados. O primeiro é que o Irã já conseguiu demonstrar sua força na internet ao organizar o “Movimento Verde” em

---

<sup>129</sup> Disponível em <http://samyadghirni.blogfolha.uol.com.br/> acessado em 06/12/2012

<sup>130</sup> Entrevista concedida pelo repórter da *Folha de S. Paulo* em 06/12/2012, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

2009 com forte ativismo nas redes sociais. O segundo é que diante de uma imprensa muito censurada, os blogs se transformaram em uma grande fonte de informação no país persa. Além disso, as afirmações de Adghirni que, apesar das dificuldades e censura, ele consegue trabalhar com uma certa liberdade podem servir como um primeiro incentivo àqueles que se propõem a comprar essa ideia. O jornalista brasileiro ainda afirma, por experiência pessoal, que as boas relações diplomáticas entre Brasil e Irã fazem ele se sentir menos exposto a pressão e a problemas mais sérios com o governo iraniano. Entre eles, ficar sem poder trabalhar por tempo indeterminado ou ser preso: experiências que correspondentes de outros países já sofreram.

O caminho das pedras está dado. O Irã é um país com uma classe média secular forte, com diversas facções políticas, orgulhoso de sua cultura milenar e ainda é o lar da segunda maior comunidade judaica do Oriente Médio. Essas temáticas também deveriam pautar os jornais seja no impresso ou nas novas plataformas. Cabe, agora, aos jornais e aos jornalistas se proporem a esse dever de ofício.

## **6. Apêndice**

### **Declaração de Teerã**

1. Reafirmamos nosso compromisso com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, de acordo com os artigos relevantes do TNP, recordamos o direito de todos os Estados-Parte, inclusive a República Islâmica do Irã, de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear (assim como o ciclo do combustível nuclear, inclusive atividades de enriquecimento) para fins pacíficos, sem discriminação.

2. Expressamos nossa forte convicção de que temos agora a oportunidade de começar um processo prospectivo, que criará uma atmosfera positiva, construtiva, não-confrontacional, conducente a uma era de interação e cooperação.

3. Acreditamos que a troca de combustível nuclear é instrumental para iniciar a cooperação em diferentes áreas, especialmente no que diz respeito à cooperação nuclear pacífica, incluindo construção de usinas nucleares e de reatores de pesquisa.

4. Com base nesse ponto, a troca de combustível nuclear é um ponto de partida para o começo da cooperação e um passo positivo e construtivo entre as nações. Tal passo deve levar a uma interação positiva e cooperação no campo das atividades nucleares pacíficas, substituindo e evitando todo tipo de confrontação, abstendo-se de medidas, ações e declarações retóricas que possam prejudicar os direitos e obrigações do Irã sob o TNP.

5. Baseado no que precede, de forma a facilitar a cooperação nuclear mencionada acima, a República Islâmica do Irã concorda em depositar 1,2 mil quilos de urânio levemente enriquecido (LEU) na Turquia. Enquanto estiver na Turquia, esse urânio continuará a ser propriedade do Irã. O Irã e a AIEA poderão estacionar observadores para monitorar a guarda do urânio na Turquia.

6. O Irã notificará a AIEA por escrito, por meio dos canais oficiais, a sua concordância com o exposto acima em até sete dias após a data desta Declaração. Quando da resposta positiva do Grupo de Viena (EUA, Rússia, França e AIEA), outros detalhes da troca

serão elaborados por meio de um acordo escrito e dos arranjos apropriados entre o Irã e o Grupo de Viena, que se comprometera especificamente a entregar os 120 quilos de combustível necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã.

7. Quando o Grupo de Viena manifestar seu acordo com essa medida, ambas as partes implementarão o acordo previsto no parágrafo 6. A República Islâmica do Irã expressa estar pronta - em conformidade com o acordo – a depositar seu LEU dentro de um mês. Com base no mesmo acordo, o Grupo de Viena deve entregar 120 quilos do combustível requerido para o Reator de Pesquisas de Teerã em não mais que um ano.

8. Caso as cláusulas desta Declaração não forem respeitadas, a Turquia, mediante solicitação iraniana, devolverá rápida e incondicionalmente o LEU ao Irã.

9. A Turquia e o Brasil saudaram a continuada disposição da República Islâmica do Irã de buscar as conversas com os países 5+1 em qualquer lugar, inclusive na Turquia e no Brasil, sobre as preocupações comuns com base em compromissos coletivos e de acordo com os pontos comuns de suas propostas.

10. A Turquia e o Brasil apreciaram o compromisso iraniano com o TNP e seu papel construtivo na busca da realização dos direitos na área nuclear dos Estados-Membros. A República Islâmica do Irã apreciou os esforços construtivos dos países amigos, a Turquia e o Brasil, na criação de um ambiente conducente à realização dos direitos do Irã na área nuclear.

Manucher Mottaki

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã

Ahmet Davutoğlu

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

## 7. Bibliografia

- ADGHIRNI, Samy. Rio de Janeiro: (06/12/12).
- ADLER, Michael. *Iran and the IAEA*. In: WRIGHT, Robin (org). *The Iran Primer*. Washington. United States Institute of Peace Press, 2010. Versão Kindle para Ipad
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação*. *Política Externa*. 20(3). dezembro 2011-fevereiro 2012. p.95-112.
- AMORIM, Celso. *Conversa com jovens diplomatas*. São Paulo. Benvirá, 2011.
- AZAMBUJA, Marcos Castrioto de. *Irã, Turquia e Brasil: lições do passado e risco do presente*. *Política Externa*, 19(2). setembro 2010-novembro 2010. p.123-130.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo. Saraiva, 2008.
- CHAGAS, Bruno Rezende Santiago. *O Acordo Tripartite, Brasil, Turquia e Irã: novos rumos para a paz no Oriente Médio*. UNIEURO. Brasília. n. 9. 2012. p. 68-104.
- FORTES, Alexandre. *A política externa do governo Lula: algumas considerações*. In: FREIXO, Adriano et al. (org). *A política externa brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro. Apicuri, 2011.
- KIBAROGLU, Mustafa. *Uma perspectiva turca sobre a iniciativa nuclear Brasil-Turquia em relação ao Irã*. *Política Externa*. 20(3). dezembro 2011-fevereiro 2012. p.61-68.
- KONDER, Leandro. *A Questão da Ideologia*. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.
- MILANI, Mohsen. *Tehran's Take*. In: WRIGHT, Robin (org). *The Iran Primer*. Washington. United States Institute of Peace Press, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da Ideologia*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2004.
- PARSI, Trita. *A Single Roll of the Dice: Obama's Diplomacy with Iran*. Washington. Yale University Press, 2012.
- PORTER, Gareth. *The Iran Nuclear "Alleged Studies" Documents: The Evidence of Fraud*. *Middle East Policy*, Vol. XVII, no. 4, Winter 2010. p. 23 - 39  
Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/store/10.1111/j.1475-4967.2010.00460.x/asset/j.1475-4967.2010.00460.x.pdf;jsessionid=4D3EF76E05D36CD54A67477325C9FDB7.d03t04?v=1&t=halczx1p&s=4c4e1a17d72358257a26e0805c5fa102d4c15a7d> acessado em 01 de novembro de 2012.

- ROTH, Ariel Ilan. *The Root of All Fears: Why Is Israel So Afraid of Irana Nukes?.* In: ROSE, Gideon et al. (org). *Iran and the Bomb*. New York. Foreign Affairs, 2012.
- SAID, Edward Wadie. *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world*. New York. Vintage, 1997.
- SAID, Edward Wadie. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.
- SINGER, André Vitor. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.
- TURAN, Ilter. *Estranhos companheiros ou novos aliados: a aventura nuclear do Brasil e da Turquia no Irã*. *Política Externa*. São Paulo. 19(2). setembro 2010-novembro 2010. p.131-140.
- VALTER, Pomar. Rio de Janeiro: 03/12/12
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. *A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação*. Contexto Internacional. São Paulo. vol. 29. n.2. julho/dezembro 2007. p. 273-335.
- WALTZ, Kenneth N. *Why Iran Should Get the Bomb*. In: ROSE, Gideon et al. (org). *Iran and the Bomb*. New York. Foreign Affairs, 2012.
- ZAKARIA, Fareed. *O Mundo Pós-Americano*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

